

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO TERCEIRO SETOR: UMA ABORDAGEM
CRÍTICA DA REALIDADE CONTEMPORÂNEA**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado à disciplina Seminário de
Monografia, Setor de Ciências
Biológicas, Departamento de Educação
Física, Universidade Federal do Paraná.
Prof. Iverson Ladewig. Turma: W.**

**CURITIBA
2003**

CRISTIANE BREDT DA VEIGA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO TERCEIRO SETOR: UMA ABORDAGEM
CRÍTICA DA REALIDADE CONTEMPORÂNEA**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado à disciplina Seminário de
Monografia, Setor de Ciências
Biológicas, Departamento de Educação
Física, Universidade Federal do Paraná.
Prof. Iverson Ladewig. Turma: W.**

Orientadora: Dra. Maria Regina Ferreira da Costa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus
Pela vida que tenho,
Pela família que me ampara,
Pelos professores que me ensinam,
Pelos espíritos de luzes que me orientam.
Agradeço a todos aqueles que fizeram,
ou fazem parte de minha vida,
seja por pequenos momentos,
seja por uma vida inteira.
Agradeço a Deus,
Pela vida.

EPÍGRAFE

“A experiência conta e vale mais que a própria imaginação.
A imaginação nos vale para o encorajamento...
O impulso e pulsão pela vida.
O mar e a margem da nossa trilha se desenvolve sem limites.
Extenso como o céu aberto e envolto a nuvens.
A imensidão da afabilidade.
Radiante, e como é querer a alegria, a vida, como é poder, ser, celebrar.
Vida e Deus.
A perfeição e viver.
Jamais nos poderemos fazer esquecer e ser abandonados.
Que há e viver-se-á o como e quanto se puder e se quiser.
Deus nos está e seremos quanto bem nos fizermos”.

Danielle Bredt da Veiga, 2003.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
1.0 INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA	1
1.3 OBJETIVOS.....	2
2.0 REVISÃO DE LITERATURA.....	3
2.1 ESTRATÉGIA NEOLIBERAL.....	3
2.2 OS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS NAS MÃOS DA SOCIEDADE CIVIL	5
2.3 INVESTIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NO MUNDO	7
2.4 AFASTAMENTO DO ESTADO	8
2.5 SOCIAL: OPORTUNIDADES LUCRATIVAS.....	10
2.6 SUSTENTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR.....	10
2.6.1. Captação de Recursos.....	11
2.6.2. Incentivo à Captação de Recursos	12
2.7 EDUCAÇÃO FINANCIADA	14
2.8 O PERFIL DO PROFISSIONAL	17
3.0 METODOLOGIA.....	20
3.1 ESTUDO DE CASO	20
3.2 CASO ESTUDADO: ASSOMA (ASSOCIAÇÃO DOS MENINOS DE CURITIBA).....	20
4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
ANEXOS	35

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o trabalho desenvolvido com a Educação Física na Associação dos Meninos de Curitiba (ASSOMA), que é uma Organização Não-Governamental, e portanto, parte do chamado terceiro setor. Dessa maneira pôde-se discutir e abordar questões como a sustentabilidade e captação de recursos dessas organizações, o interesse do governo em fomentar a iniciativa do terceiro setor e suas vantagens para o setor empresarial, assim como questões referentes a educação pública brasileira e as influências dessas problemáticas no trabalho do profissional de Educação Física, em organizações que atendem crianças em situação de risco. Segundo MONTAÑO (2002), SOUSA (2001), CAMARGO (2001) e MELO NETO & FROES (1999), a transferência de responsabilidade social do Governo para o terceiro setor e a geração de lucros para o empresariado, através dos benefícios fiscais e marketing social, são grandes atrativos para se criar uma visão ideológica, desse setor onde confundem-se o público e o privado. Outro ponto importante da pesquisa foi com relação a sustentação dessas organizações, que em sua maioria acabam tendo que criar outras formas de arrecadação, pois apenas com as subvenções estatais e com a filantropia privada estas não sobrevivem, como foi observado através de um estudo de caso realizado na ASSOMA. Nas observações constatei que há desvalorização da escola, advinda da descentralização, fruto das parcerias entre as escolas públicas e empresas, que afetam indiretamente o trabalho do profissional. As crianças que ali frequentam têm que, obrigatoriamente, estar cursando o ensino fundamental, mas, apesar de entrarem na escola e permanecerem, não saem com a garantia de um ensino de qualidade, afastando ainda mais a possibilidade de inclusão no mercado de trabalho e na sociedade. Além disso, as oficinas de aprendizagem da ASSOMA ao invés de contribuírem para o processo de formação da criança em situação de risco, a submete a um trabalho infantil institucionalizado. São questões como essas que acabam interferindo no trabalho do profissional de Educação Física, o qual deve analisar e conhecer previamente o contexto em que vai atuar, para não prejudicar ainda mais as crianças em situação de risco. Contribuir com o processo de formação, incentivar a brincadeira e lutar contra essa rede que a própria sociedade criou para essas crianças, a partir da mudança de nossos conceitos e de nossa visão de mundo, é de nosso dever se quisermos fazer jus a profissão que escolhemos, a de sermos professores.

Palavras-chave: Terceiro setor; educação; criança em situação de risco.

1.0 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O terceiro setor trabalha em parceria com o Estado em prol dos direitos dos cidadãos garantidos pela Constituição, ou é apenas uma forma (ideológica?) sutil; de transferência de responsabilidade social do Estado para o terceiro setor ? Sendo assim como fica a educação diante desse contexto e o qual a importância do profissional de Educação Física, no trabalho com crianças em situação de risco social?

1.2 JUSTIFICATIVA

O ano de 2001 é consagrado como o ANO DO VOLUNTARIADO. Nos últimos anos a palavra voluntariado vêm ganhando espaço em jornais, revistas e congressos. Em 2002, Responsabilidade Social foi o tema discutido por empresários de todo o Brasil no “I Simpósio de Responsabilidade Social” para empresários, realizado em Curitiba - PR, no SESI – Cietep. Em 2003 ocorreu a “I Mostra de Pesquisa e Extensão da UFPR sobre o Terceiro Setor”, realizado no Memorial de Curitiba – PR. Por esses e outros motivos não podemos deixar de discutir e até mesmo analisar até que ponto o terceiro setor supri as necessidades e direitos dos cidadãos.

As organizações do terceiro setor, como por exemplo a Fundação Abrinq, Fundação Roberto Marinho, Programa Fome Zero, ASSOMA (Associação dos Meninos de Curitiba) têm assumido um papel de extrema importância na implementação de programas sociais de atendimento a população e de fortalecimento da cidadania, sobretudo nos países menos desenvolvidos. A atuação dessas organizações, a ampliação e diversificação de suas atividades está sendo fundamental face aos desafios sociais e econômicos da atualidade. Porém, está por se demonstrar a ação estatal ineficiente, precária e insuficiente, incapaz de prover ao cidadão os serviços sociais básicos, o que compele o risco da transferência direta ou indiretamente da responsabilidade social do Estado para o setor privado. Diante dessa situação multiplicam-se as iniciativas privadas com fins públicos.

1.3 OBJETIVOS

- Analisar o trabalho desenvolvido com a Educação Física na Associação dos Meninos de Curitiba.

Perguntas Norteadoras:

- Como as estratégias são veiculadas pelas organizações do terceiro setor?
- De que modo os direitos sociais básicos, como a educação pública de qualidade, torna-se dependente do assistencialismo da sociedade civil e principalmente do setor empresarial, afastando o Estado de seus deveres?
- Qual a forma de atuação da Educação Física e porque a importância de se conhecer previamente o contexto em que se vai trabalhar, dentro de um ciclo organizacional entre o público e o privado contemporâneo?
- Qual a importância do profissional de Educação Física e quais são as políticas que podem afetar direta ou indiretamente suas aulas, dentro de instituições do terceiro setor que atendem crianças em situação de risco?

2.0 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ESTRATÉGIA NEOLIBERAL

O Terceiro Setor é constituído por organizações privadas, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços de carácter público. São iniciativas particulares que não visam o lucro, ou iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. Dentre outros, são agentes do Terceiro Setor: as associações civis, as entidades assistências, as organizações não governamentais (ONG's) e as fundações.

O chamado “terceiro” setor¹, vem após o Estado e o mercado. Tem como característica ser “não governamental” e “não lucrativo”. No entanto é um setor organizado, independente, mobilizando particularmente o lado voluntário do comportamento das pessoas e afirmando o valor da solidariedade.

Conforme descrito em *Gestão do Terceiro Setor no Brasil*, (CAMARGO e colaboradores, 2001:15): “Nesse cenário, pode-se considerar o Terceiro Setor comum um ‘meio-termo’ do ambiente político-econômico, intermediando as relações entre o Estado e o mercado no que tange às questões da melhora social. Seu principal mérito é agregar modelos organizacionais eficientes aos seus objetivos voltados à filantropia²”

As organizações do Terceiro Setor, de certa forma, têm assumido um papel fundamental na implementação de programas sociais de atendimento a população e de fortalecimento da cidadania, sobretudo nos países periféricos. O aperfeiçoamento da atuação dessas organizações, a ampliação e diversificação de suas atividades é fundamental face aos desafios sociais e econômicos da atualidade.

¹ O termo “terceiro setor” tem origem americana. Este termo foi proferido pela primeira vez em um discurso por Jhon D. Rockefeller III em 1978 nos Estados Unidos: “Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, freqüentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões da nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores (*three sector system*). Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o mercado e o governo. Mas o terceiro é tão negligenciado e tão pouco compreendido, que fico tentado a chamá-lo de ‘setor invisível’. O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade, através da nação – igreja, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas e organizações de assistência social de vários tipos. Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos.” (MONTAÑO, 2002:53).

“Ser Terceiro Setor é atuar como agente transformador social, que, com sua missão ímpar de prestar um benefício coletivo, constrói uma nova consciência caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais paradoxais à grandeza econômica e à diversidade imensa de recursos naturais que detém o Brasil”. “A atuação de um Estado grande e de um Governo forte é substituída pelo surgimento de uma ação comunitária forte, atuante, reivindicatória e mobilizadora.” (MELO NETO, & FROES, 2001).

Em contrapartida, alguns autores como MONTAÑO (2002) acreditam que o terceiro setor surge como uma estratégia neoliberal, diante de uma necessidade do governo de se fazer uma reestruturação do capital, criando um conceito de falsa consciência no terceiro setor. Assim nós temos o que Montañó chama de “cidadão-pobre”, onde as respostas às seqüelas da questão social dependem dele mesmo, de ações filantrópicas, solidárias e de organizações, ou até mesmo, adquirindo os serviços como se fossem mercadorias. (ANEXO I)

Portanto, no sentido de haver uma transformação do capital, onde o Estado já não é mais intervencionista e de transferir as responsabilidades, com relação às questões sociais, à esfera que compõe o terceiro setor, a principal razão não é por ineficiência do Estado, mas sim por uma questão financeira numa tentativa de se reduzir os custos necessários que sustentam esta função estatal. Como diz MONTAÑO (2002:23):

O motivo é fundamentalmente *político-ideológico*: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto as políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades e por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Dessa maneira, entramos em um jogo de interesses, tanto por parte do Estado, quanto por parte do empresariado. Porque o Estado não tem parceria com o Movimento dos Sem Terra (MST)? Ou com o Greenpeace? Porque são duas correntes

² “Filantropia *s.f.* 1. Qualidade de filantropo; humanitarismo; altruísmo. 2. Ação de filantropo; caridade.” Minidicionário Luft – 13ª edição, 1997.

que lutam contra o imperialismo, contra o capital. O Estado não vai criar uma parceria em programas que lutam contra os seus objetivos. Assim como o empresariado não vai financiar programas que não sejam de seu interesse. É por isso que muitas organizações mudam suas metas, sua “missão” com base nos interesses da empresa patrocinadora.

Com isso, a fragilidade de um Estado de Bem-Estar Social e interesses político-econômicos, que trouxeram reformas de um setor substitutivo para tais questões, nos trazem grandes conseqüências que terminam por extinguir nossos direitos sociais duramente conquistados no passado, através da luta de classes. Além disso, estamos criando a mais dura forma de exclusão social.

2.2 OS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS NAS MÃOS DA SOCIEDADE CIVIL

Grande parte da influência na nossa cultura, vem hoje através da mídia. A partir do ano de 2001, considerado como o “Ano Internacional do Voluntariado”, praticamente toda semana temos alguma reportagem relacionada as ações de voluntariado e solidariedade. Estas reforçam a idéia de que por se efetivar a ação estatal ineficiente, precária e insuficiente vem uma ação comunitária capaz de prover o cidadão dos serviços sociais básicos, e conseqüentemente, o governo fica mais susceptível às influências da sociedade civil. O cidadão hoje, exige cidadania, e com a falta de um estado provedor de cidadania, ele pode contar com os serviços comunitários provedores da mesma.

FALCÃO, *in* IOSCHPE³, *et. al.* (1997) vincula o crescimento do Terceiro Setor com a força da sociedade civil:

³ Diretora da Fundação Ioschpe e presidente do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), o qual reúne quarenta empresas cidadãs. Entre essas empresas estão: “Fundação Abrinq, Acesita, Bradesco, Cargill, Clemente Mariani, Educar, Esquel, Ford, Feac, Ioschpe, Jaime Câmara, José Elias Tajra, José Silveira, Kellogg, Macarthur, Mauricio Stotsky Sobrinho, Santista, O Boticário, Orsa, Odebrecht, Patricia Buildner, Projeto Pescar, Roberto Marinho, Romi, Rômulo Maiorana, Varga, Victor Civita, Instituto Abrasso, Alfa-Real, Ayrton Senna, Alcoa, Ashoca, C&A, Equatorial, Herbert Lewy, Itaú, Vitae, IBM e Xerox”. (SOUSA, citado por FERREIRA e AGUIAR, 2001:260)

Acresça-se, porém, um fator, que nos é peculiar, e que contribui decisivamente para o crescimento do Terceiro Setor entre nós. É o fortalecimento da sociedade civil, como ator político e econômico, possível com o regime democrático e a Constituição de 1988. Por isso, não se pode dissociar, em nosso país, o crescimento do terceiro Setor da consolidação da democracia. Trata-se, muito mais do que uma automática dádiva da história, de um compromisso forjado cotidianamente pelos brasileiros.

Que democracia é essa que faz com que cada vez mais o capital fique concentrado na mão de poucos⁴? Que dádiva é essa que faz com que um trabalhador fique oito horas na fila do sistema de saúde, sem ser atendido? Não seria o crescimento do terceiro setor uma estratégia política estimulado pela mídia? Vemos, como exemplo, a crescente relação e dinamismo necessários entre a imprensa e o terceiro setor, como demonstra o ANEXO II, para reforçar sua importância e atuação nos dias de hoje.

CARDOSO, *in* IOSCHPE, *et.al.* (1997), reforça o papel do Terceiro Setor como fator ativador da dinâmica social do país, tornando-a mais diversificada e complexa, com a criação do programa Comunidade Solidária. O qual foi bastante divulgado pela mídia na época de sua criação. Talvez, até possamos dizer, que a ex-primeira dama tenha sido uma das maiores incentivadoras e articuladoras do processo ideológico (falsa consciência) do terceiro setor no Brasil.

SIMANTOB, *in* IOSCHPE, *et.al.* (1997), faz a seguinte afirmação, referente e válida para a força do Terceiro Setor: “Generaliza-se na sociedade brasileira a percepção de que o ‘público’ não se confunde nem se limita ao ‘estatal’. Multiplicam-se as iniciativas privadas com fins públicos”.

Segundo, MONTAÑO (2002), no Brasil estima-se que existam cerca de 400 mil ONG’s registradas e cerca de 4 mil fundações. Em 1991, com dados da Receita Federal, havia em média, 220 mil entidades registradas como “sem fins lucrativos”.

Assim, a responsabilidade quanto aos direitos sociais vão estar na dependência da boa vontade por parte dos cidadãos. Recentemente, foi criado um site chamado “Ajuda Brasil” patrocinados e veiculados, dentre outros, pela Rede Globo de

⁴ O Brasil possui uma área de 8,5 milhões de km² com 169,6 milhões de habitantes distribuídos em seus 5.561 municípios. “Mais de 50% de toda a riqueza do país está concentrada em apenas 10% da população, cuja renda média representa trinta vezes a renda média dos 40% mais pobres”. (FRAGATA; 2002:12).

Televisão (ANEXO III). No *site* são listadas 500 instituições e organizações brasileiras do terceiro setor nas mais diversas áreas de ajuda. Com apenas um clique o “internauta” pode escolher quem ele vai ajudar e quais serão os outros que no momento não merecem ajuda. Nossos direitos, conquistados através de uma intensa luta de classes, cada vez mais, estão se tornando um processo de “roleta-russa” da caridade e da “boa vontade”.

2.3 INVESTIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NO MUNDO

Hoje, o Terceiro Setor movimenta recursos equivalentes a 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Somente em 1995, as atividades sem fins lucrativos movimentaram cerca de US\$ 1,1 trilhão em 22 países. Sua presença é maior nos países desenvolvidos, em especial Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suécia e outros. Somente nos Estados Unidos 40 mil fundações empresariais investem anualmente US\$ 400 bilhões em ações sociais.

Na Europa Ocidental, o Terceiro Setor corresponde em média a 5% da economia. Na América Latina, a média cai para 2,1%, e na Europa Central e do Leste é ainda menor – 1,3%. No Brasil, os investimentos sociais giram em torno de 1,5% do PIB do país, cerca de 10,9 bilhões de reais no mesmo ano (cf. SZAZI, 2000:21).

Uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria Kanitz & Associados estimou em R\$ 1,728 bilhão o total de investimentos pelas 400 maiores entidades filantrópicas do Brasil em projetos sociais. Acredita-se que em nosso país o total de investimentos das empresas privadas em atividades sociais deva girar atualmente em torno de US\$ 300 milhões. Para FRANCO, *in* IOSCHPE, *et.al.* (1997), conselheiro e membro do comitê executivo da comunidade solidária, “estima-se que existam hoje no mínimo 250 mil organizações do Terceiro Setor no Brasil”.

2.4 AFASTAMENTO DO ESTADO

O marketing de causa, é a publicidade institucional. É definido como uma ferramenta estratégica que associa uma marca, uma empresa, ou uma unidade de negócios a uma causa relevante para a sociedade, em benefício mútuo. É uma das ferramentas do Marketing Social.

Esta causa pode ser abraçada diretamente pela empresa, ou a empresa pode se associar a uma instituição que já tenha uma imagem constituída, em função do trabalho em prol de algum tipo de causa socialmente relevante.

Podemos citar algumas empresas que abraçaram as causas sociais como: grupo Wall Mart Supercenter com apoio a Fundação Abrinq; Ind. e Com. de Cosméticos Natura Ltda. com apoio ao projeto “Crer Para Ver” da Fundação Abrinq; Mercadorama com apoio ao Pró Instituto Cidadania de Curitiba; o Banco Itaú com o “Programa Itaú Social” voltados para a educação e saúde e a Petrobrás com o “Programa Petrobrás Ambiental” que nos últimos três anos investiu 1,5 bilhões de dólares em Gestão Ambiental e acaba de aprovar o investimento de mais de 1 bilhão de dólares até o ano de 2007. (ANEXO IV)

Os ganhos são para todos os lados. Essas empresas ganham em imagem de marca, na maior procura por seus produtos, na simpatia do governo com a redução de impostos, na visão e envolvimento dos funcionários e na aceitação da opinião pública em geral. A instituição apoiada, além de ver também o seu nome e a sua causa divulgados em grande intensidade, é beneficiada por grandes somas em dinheiro, pela adesão de muitas pessoas à sua causa, por doações, pelo aumento do corpo de voluntários, e assim por diante.

O consumidor, por sentir a sensação do dever cumprido, de estar ajudando a quem precisa, e às vezes de estar participando diretamente do projeto, como voluntário. O governo, por estar sendo ajudado em uma responsabilidade que deveria ser sua, como aconteceu, por exemplo, na campanha da “American Express”, que

destinou grandes somas à recuperação da Estátua da Liberdade. São inúmeros os casos de sucesso nesta área.

Segundo os autores, CAMARGO, *et. al.* (2001) no livro *Gestão do terceiro Setor no Brasil*, um “fator complicador é a magnitude das responsabilidades do Estado, englobando as funções de proteção da soberania nacional, elaboração, execução e fiscalização das normas legais, gestão de organizações estatais, regulamentação dos setores estratégicos da economia e equalização das divergências sociais”. “A problemática em questão cria uma brecha pouco discutida até recentemente, se levadas em conta a importância e a urgência de iniciativas que pelo menos amenizem a demanda social. A conscientização por parte da sociedade de valorizar as iniciativas de ação ajudaria a resolver essa questão, fazendo do protagonismo do cidadão o fator decisivo daquilo que emergiria como Terceiro Setor.”

Apesar da magnitude estrutural, o Estado brasileiro é incapaz de lidar com todas as atividades descritas no parágrafo anterior que lhe foram conferidas, justificando a necessidade de um agente alternativo, que apoie e complemente as atividades estatais de forma organizada, com um foco de atuação, especializando-se segundo suas necessidades, possibilidades e, sobretudo, pelo tema de interesse das pessoas envolvidas. Ou seja, a ação estatal sendo ineficiente, incapaz de prover ao cidadão os serviços sociais básicos, compele o risco do afastamento direto ou indiretamente da responsabilidade social do Estado para o setor privado.

Diante dessa situação, multiplicam-se as iniciativas privadas com fins públicos. O que não pode acontecer é as fundações, instituições e ONG's assumirem um papel que é do governo. Dessa forma:

... ao invés de evoluirmos para um conceito e uma estratégia no sentido de constituir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia de direitos sociais, retrocedemos a uma concepção de que o bem-estar pertence ao âmbito do privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, devem responsabilizar-se por ele, numa rede de “solidariedade” que possa proteger os mais pobres. (SOARES *in* MONTAÑO, 2002:12).

2.5 SOCIAL: OPORTUNIDADES LUCRATIVAS

Conforme o ANEXO V observa-se o predomínio de ações sociais de caráter assistencialista pelas empresas. De acordo com uma pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa de Ação Social das Empresas), em 2001, praticamente todos os setores da economia praticam ações sociais, como demonstra o gráfico no ANEXO VI. O investimento social agrega valor à imagem da empresa, trazendo como consequência uma imagem positiva perante empregados, fornecedores, consumidores, investidores, competidores, governos e comunidades. Atualmente fabricar um produto de qualidade não é mais suficiente, é necessário agregar à este valores éticos e de bem estar à comunidade: “...o valor ético tornou-se muito importante.” (CAMARGO, *et. al.* 2001).

Para as empresas, o social emerge como um novo campo de oportunidades onde estas poderão obter mais competitividade através da agregação de valor social aos seus negócios. Para o governo, a mudança social será ainda maior. “É hora de desfazer-se de suas estruturas burocráticas e ineficientes, de suas práticas clientelistas e assistencialistas e de sua gestão perdulária.” (MELO NETO & FROES, 1999).

Externamente, o exercício da responsabilidade social corporativa gera retorno para a empresa no setor social, institucional, tributário-fiscal, de mídia e econômico; aprimora relacionamentos com seus diversos públicos e promove o desenvolvimento sustentável do local e da região. Portanto, a atuação do setor privado na área social passa a ser uma questão estratégica junto ao Estado, diante dos olhos exigentes de consumidores, investidores, fornecedores, colaboradores e funcionários. Sendo assim, por que não chamar o marketing social de “marketing *em causa*”, afinal de contas como sustentar tal estratégia, não fosse tamanha a desigualdade no país.

2.6 SUSTENTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR

O grande desafio para o terceiro setor é, no momento, o da sustentabilidade, em termos financeiros. Muitas organizações do terceiro setor começaram com meros esforços pessoais ou graças ao apoio inicial de doadores estrangeiros, públicos ou

privados; à medida que crescem em escala e complexidade, no entanto, logo superam essas bases iniciais e vêm-se com graves problemas de sobrevivência. Os cortes na assistência externa, em anos recentes, aprofundaram a crise fiscal do terceiro setor, sobretudo porque um número cada vez maior de organizações tem de competir por uma fatia cada vez menor do bolo.

A filantropia privada pode ser apenas uma das fontes de apoio ao terceiro setor, mas é vital para sua independência. Se as fontes externas secarem, as internas terão de ser acionadas. Serão também exigidas novas atitudes da parte da comunidade empresarial e muito boa vontade no que se refere as organizações do terceiro setor em sensibilizar o setor corporativo.

Entretanto, o terceiro setor precisa escapar da armadilha de supor que a filantropia privada seja sua única fonte de sustentação. Isso não acontece em parte alguma: mesmo nos Estados Unidos, ela mal chega a 18%. Dez por cento já seriam um objetivo razoável. Portanto, outras abordagens compõe a complementação da sustentabilidade. Prova dessa armadilha, é a dívida de R\$ 146 milhões que já fechou 1.070 leitos em 85 hospitais filantrópicos do Paraná. (ANEXO VII). Ameaçada de interromper seu funcionamento, o caso mais grave é o da Santa Casa de Paranaguá, onde cerca de 99% de seus pacientes são atendidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde). A diretora da Federação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Beneficentes do Paraná (Femipa), WILNER afirma que o maior problema está na falta de reajustes nos valores dos procedimentos médicos, os quais são pagos pelo SUS. Nesse caso, nem mesmo a boa vontade consegue garantir um atendimento hospitalar. “A população procura ajudar, mas hoje poucos têm condições de fazer doações”, é o que fala WILNER, à reportagem da *Gazeta do Povo*.

2.6.1 Captação de Recursos

Como já vimos, a falta de recursos seguido do pouco investimento do governo constitui a principal dificuldade que as entidades com responsabilidade social enfrentam. O dinheiro aqui, entretanto, é um meio, um instrumento para a realização

dos reais objetivos das entidades. Pela diversidade de instituições presentes no terceiro setor, há culturas muito distintas no tocante à captação de recursos, podendo ser financeiras, materiais ou de serviços voluntários. Assim como nas sociedades mercantis, as facilidades de arrecadação oscilam em virtude da reputação, do reconhecimento e do porte das empresas.

Segundo levantamento de fundos públicos e privados existentes no Brasil, realizado pela ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não - Governamentais), os fundos oriundos do governo federal brasileiro, de governos internacionais e de embaixadas no Brasil são classificados segundo diversos critérios, como por exemplo: tipo de financiamento e avaliação dos projetos.

Em diversos casos o governo atua diretamente nas obras sociais por meio de seus órgãos e suas entidades, gerenciando os próprios projetos. Nesses casos as entidades privadas, sejam elas filantrópicas ou não, participam mais como fornecedoras de bens e serviços. Os parceiros são submetidos então a legislações pertinentes, como a Lei das Licitações, e outras relacionadas a capacitação técnica, tamanho da oferta e contratos administrativos entre o Estado e o parceiro privado.

2.6.2 Incentivos à Captação de Recursos

Os principais tipos de arrecadação de recursos que as entidades filantrópicas dispõem, são os incentivos fiscais, patrocínios e transferências orçamentárias.

- Incentivos Fiscais

Uma das formas de incentivo fiscal existentes são as doações a entidades civis que prestam serviços gratuitos em benefício de empregados da organização doadora e respectivos dependentes ou em benefício da comunidade onde atuam. O limite de doação neste caso é de 2% do lucro operacional.

- Doações

Pela definição que consta no Código Civil brasileiro, doação é o contrato segundo o qual uma pessoa física ou jurídica, denominada doadora, por espontaneidade, transfere um bem do seu patrimônio para o patrimônio de outra,

denominada donatária, que o aceita. Em relação a bens públicos, a doação terá sempre caráter excepcional e casuístico, pois a idéia de liberalidade não é em geral compatível com o regime de direito público.

Entretanto, é possível, visto o seu caráter explicitamente voltado ao interesse público, desde que haja respaldo legal, autorização legislativa, conveniência, controle na prestação de contas, transparência e legalidade. A doação diferencia-se do patrocínio, cuja definição é a transferência gratuita e definitiva de numerário para entidades com ou sem fins lucrativos, para a realização de projetos com finalidade institucional e promocional.

Somente podem ser beneficiadas por doações as entidades que cumpram uma demanda coletiva. Uma organização cultural que abre sua mostra para a apreciação do público, por exemplo, possui o direito de ser beneficiária, ao passo que aquela que se destina a círculos privados é impossibilitada de receber.

- Transferências Orçamentárias

Outra forma de captação é a alocação de recursos ao orçamento geral da União, dos Estados, do Município ou do Distrito Federal, podendo ser sob a forma de subvenção social ou transferência de capital.

Subvenção social é a suplementação de recursos da União a empresas, sociedades de economia mista e entidades privadas sem fins lucrativos que objetivam a prestação de serviços nas áreas da assistência social, médica e educacional. Para habilitar-se ao recebimento desse benefício, a entidade deve apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos e comprovante de regularidade de mandato de sua diretoria. Esses documentos são submetidos à fiscalização do poder concedente para verificar o cumprimento das metas para as quais receberam os recursos.

As subvenções são utilizadas quando o governo não possui interesse em ações nessas áreas ou está impossibilitado de exercê-las diretamente, podendo suplementar e incentivar a iniciativas de particulares. Além das subvenções, existem as transferências de capital, que são outra modalidade de alocação de recursos orçamentários. Sua finalidade pode ser tanto a realização de investimentos (aquisição de imóveis

necessários para as atividades da entidade, execução de obras e aquisição de instalações, equipamentos e materiais) quanto as inversões financeiras (aquisição de bens de capital em utilização e de títulos representativos do capital da entidade).

2.7 EDUCAÇÃO FINANCIADA

Não é de hoje que o ensino público vem passando por sérias dificuldades. O ensino brasileiro entra no século XXI com um sistema educacional público deficiente, com baixa qualidade e conteúdos educacionais inadequados para a absorção do mercado de trabalho. Dentre tantos problemas vividos pelo ensino público estão o excesso de alunos por sala de aula, estrutura física precária, professores trabalhando sem a habilitação exigida, a falta de prestação de contas das verbas recebidas e aplicadas e a demora, ausência ou desvios no repasse de recursos financeiros do Estado à escola. Além disso, a educação brasileira ainda apresenta “desigualdades no seu acesso, cobertura e desempenho entre grupos sociais, entre regiões e no seu interior, isto é, entre redes públicas estaduais e municipais” (BORBA, BORSA e ANDREATTA, 2001:30).

Enfim, mesmo com a criação e inclusão em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente⁵ (ECA), na Constituição brasileira de 1988, que garante um ensino público de qualidade para todas as crianças, a educação acabou tornando-se um privilégio de poucos. Para se ter um ensino de qualidade é preciso ter condições financeiras para isto. Com algumas exceções, as escolas particulares vem superando em todos os aspectos o ensino público.

Se retrocedermos ao final da década de 80, com o aparecimento da ideologia neoliberal, veremos que os governos vem fomentando parcerias entre as empresas

⁵ A Lei 8069, com 267 Artigos, cria o Estatuto da Criança e do Adolescente em 13 de julho de 1990, onde tem como finalidade garantir “todos os direitos para todas as crianças”, “assegurando proteção integral à população infanto-juvenil, uma vez que as leis anteriores estavam voltadas apenas aos menores em situação irregular, isto é, carentes abandonados e infratores” (BORBA, BORSA e ANDREATTA, 2001)

privadas e o ensino público⁶. Numa tentativa de suprimir a deficiência educacional o Estado vem incentivando tais parcerias, oferecendo em troca benefícios fiscais, como já dito anteriormente. Com isso tem-se início a descentralização, que é a transferência de encargos para a iniciativa privada, permitindo a expansão do mercado privado dos serviços sociais. “Portanto, a presença do setor privado na gestão de programas e serviços sociais não é uma novidade na caminhada da assistência social no Brasil, mas nos últimos anos o ‘Terceiro Setor’ vem se fortalecendo numa posição de centralidade diante da fragilidade de proteção social brasileira” (BORBA, BORSA e ANDREATTA, 2001:44).

Mas, as vantagens para as empresas privadas vão além de simples benefícios fiscais, o empresariado vem olhando para essas parcerias com amplos interesses lucrativos; “...a aproximação entre empresa e escola é um movimento que vem gradualmente se fortalecendo em âmbito internacional, podendo significar ‘um prenúncio de coisas por vir’, como a ética da privatização e da educação redirecionada para o lucro” (SOUSA, *in* FERREIRA e AGUIAR, 2001:261).

Empresas como a Whittle Communications são um claro exemplo disso. A empresa assumiu uma parceria com sistemas escolares, garantindo-lhes o recebimento gratuito de equipamentos como: antenas parabólicas, aparelhos de videocassetes e televisores coloridos. Em troca as escolas devem assegurar que “90% dos alunos assistirão às emissões por 90% do tempo previsto . Os dez minutos de notícias e os dois minutos comerciais deverão ser assistidos todos os dias letivos, por três a cinco anos, como parte do contrato” (APLLE, citado por FERREIRA e AGUIAR, 2001).

Portanto, a educação virou um produto, um meio de obtenção de lucros, dentro desse contexto político. Lucro para o empresário e lucro para o Estado que deixa de ter responsabilidades, pelo menos indiretamente, para com a escola. Infelizmente sabemos

⁶ Durante o governo Quéricia/PMDB (1987-1990), no estado de São Paulo, foi lançado o programa “Adote uma Escola”, em 1994 no governo Fleury/PMDB (1991-1994), é divulgado o “Programa de Parceria Empresa-Escola Pública” e no governo Covas/PSDB (1995-1998, com continuidade a partir de 1999) há o fortalecimento de ações de parceria empresa-escola, normatizado na Resolução SE-234, a qual destaca-se “a importância da participação da sociedade no processo de recuperação e melhoria da qualidade do ensino público paulista”, publicada em 2 de outubro de 1995, no Diário Oficial do Estado (SOUSA, *in* FERREIRA; AGUIAR, 2001).

que isso não acontece só com a educação, mas a maioria dos nossos direitos sociais básicos, vem tornando-se meios de lucratividade.

Esse tipo de questão faz com que a escola seja ainda mais desvalorizada. Por outro lado, a educação vem sendo bastante aclamada pela mídia, vem fazendo parte de propagandas sociais como por exemplo da Fundação Roberto Marinho, com o *slogan* “educação é tudo”. Não só pela mídia mas pela sociedade em geral, até para conseguir vaga de lixeiro é preciso ter o 2º grau completo, o que há 10 anos atrás não era preciso. De certa forma esse tipo de exigência vem para selecionar os candidatos devido a grande diferença que existe entre oferta e procura. A maioria dos desempregados, afetados pela crise econômica que atinge o Brasil, é formada por mulheres, jovens e pessoas com o 1º grau incompleto. Jovens com idades de 18 a 24 somam hoje 87 mil desempregados, aumentando em quase 7% com relação ao ano de 2002. Entre os chefes de família, o número aumentou de 45,9 mil pessoas para 52,8 mil⁷. A baixa qualificação ainda é a maior barreira para o emprego, principalmente num ano de paralisia econômica.

A desvalorização da escola e a desqualificação profissional acabam levando a exclusão social, como veremos mais a frente. Sabendo-se disso, busca-se hoje fortalecer o poder de atração da escola investindo na qualificação dos professores, equipamentos, estrutura física, entre outros. Entretanto esse investimento, novamente parte do empresariado incentivado pelo governo, como mostra a reportagem com o título: “ONG’s ensinam governo a deixarem as escolas mais atraentes”(ANEXO VIII).

Dentre os projetos financiados pelo terceiro setor, estão o treinamento e qualificação de professores. Ou seja, a escola vai perdendo sua autonomia e sofrendo fortes influências do setor privado. O programa Crer Para Ver, da Fundação Abrinq, vem com o propósito “de contribuir para a melhoria da escola pública”, e “é pautado em pressupostos como o direito universal à educação gratuita e de qualidade e a escola pública como lugar privilegiado para o processo educativo”⁸ (ANEXO IX).

⁷ Fonte: <http://www.andi.org.br/noticias/index.html>, 25/05/2003.

⁸ Fonte: <http://www.fundabrinq.org.br/crerparaver/informativo/Informal1c.htm>, 26/05/2003.

Infelizmente, o que conclui-se disso é que já não acreditamos mais no poder estatal de suprir nossas necessidades e garantir nossos direitos básicos. DIMENSTEIN⁹, a partir do entendimento de que “só o governo não vai conseguir elevar o nível de ensino”, afirma que “a grande missão do empresariado, hoje, é montar esquemas de adoção de escolas em parceria com o poder público. Isso se quiser ter bons trabalhadores e aumentar seus lucros”. BARBIERI¹⁰ destaca que “a parceria de escolas com a iniciativa privada é um meio para melhorar a qualidade de ensino...”, também o ex-ministro da educação Paulo Renato Souza, acredita nessa “parceria”, quando diz; “há escolas quebradas, mas há experiências em que a própria sociedade ensina que se pode melhorar” (SOUZA, citado por SOUSA *in* FERREIRA e AGUIAR, 2001:259).

2.8 O PERFIL DO PROFISSIONAL

Assim como VIGOTSKY (1998), diversos autores como ASSMANN (1998), ALTMANN (1999), ANDRADE (2000), entre outros; acreditam que diversas variáveis podem influenciar a aprendizagem de uma criança. Ou seja, a aprendizagem é o resultado das transformações que ocorrem dentro do sistema, tanto no ambiente como no indivíduo. Partindo desse pressuposto, podemos dizer então que quanto maior essa interação com o meio, com o indivíduo cognoscente e suas diferenças, podemos melhorar nosso conhecimento e até mesmo aumentá-lo.

Na escola o professor se depara com diversas variáveis, as quais na maioria das vezes são conflitantes, como por exemplo a questão da inclusão, da integração e das demais diferenças encontradas em uma sala de aula. O que se espera é que professores e alunos aprendam com essas diferenças, mas na prática nem sempre isso ocorre. Na maioria das vezes o professor não está preparado para lidar com esses conflitos e acaba ignorando situações que poderiam ajudar na construção do caráter de uma criança. Na questão da inclusão por exemplo a criança é condenada a viver nas

⁹ Fonte: jornal *Folha de São Paulo*, 29.3.1995.

¹⁰ Fonte: jornal *O Globo*, 13.3.1995, pg.12.

margens da sociedade, sem que esta lhe de condições e oportunidades para reverter essa epidemia global. Muitas vezes o próprio professor persiste e sem nem mesmo notar acaba afirmando esse tipo de situação, por não saber trabalhar “metodologicamente” com o contexto onde ministra suas aulas.

Para que isso não ocorra é preciso adotar uma formação profissional baseada na prática reflexiva, onde os professores de Educação Física saiam capacitados para tratar as diferenças na escola. Os professores têm que aprender a trabalhar com a inclusão, co-educação e valores humanos, nem que para isso seja necessário deixar as quadras de lado e adotar o caderno e o quadro negro. O professor têm que estar aberto às mudanças, e investir em métodos diferentes, para que suas aulas sejam muito mais educativas do que uma simples busca pela performance. E deve-se lembrar que ele não está sozinho na escola, existem professores de diferentes disciplinas, as quais podem ser trabalhadas em paralelo com a Educação Física.

O papel do professor vai além da própria escola. “O Terceiro Setor está exigindo profissionais tão qualificados quanto o privado”, é o que fala REIS, em uma entrevista a repórter PERRONE (ANEXO X). “O interesse pelo Terceiro Setor cresceu tanto que agora as universidades estão criando cursos específicos. Essa é a primeira turma de pós-graduação do país. Aqui, os alunos aprendem a se profissionalizar para uma área que já é considerada como uma das mais promissoras num futuro bem próximo”¹¹. O terceiro setor emprega 1,2 milhões de pessoas em todo o Brasil, inclusive profissionais da área de Educação Física, como mostra o ANEXO X. Nesses casos o professor tem que estar preparado e qualificado para trabalhar com situações que raramente ele encontra na escola, caso contrário poderá estar deixando a educação de formação por uma política de exclusão.

Dessa forma, não podemos fingir que todas as turmas são iguais e homogêneas, e que nós somos os donos do conhecimento, é preciso que aconteça uma interação entre professor/aluno, para que realmente todas as crianças possam aprender.

¹¹ Fonte: <http://redeglobo.globo.com/cgi-bin/jornaldaglobo> , 26.05.2003.

Nessa perspectiva, o papel do professor muda radicalmente. O professor passa a ser o mediador do conhecimento, propondo desafios aos seus alunos e ajudando-os a resolvê-los. Portanto o processo de constituição de conhecimento passa a ter um grande importância, e sendo assim, deve ser considerado tão importante quanto a avaliação final. Para que isso venha a acontecer é preciso que haja uma reorganização em todo processo ensino/aprendizagem e que dessa maneira o aluno seja avaliado, não pela homogeneidade e sim pelas suas diferenças; não pelo que ele é no momento e sim pelo que ele possa vir a ser. No caso do contexto de risco social, muitas vezes é o próprio professor o principal responsável por dar condições para que a criança e adolescente aumentem a auto-estima, desafiem suas dificuldades, melhorando suas condições educacionais, para que possam vislumbrar oportunidades de integração na sociedade.

Além disso, o professor é um grande instrumento para o processo de valorização dentro da escola e do próprio terceiro setor, podendo tornar a educação um processo excitante, emocionante, no qual a criança sinta prazer. Sabemos que essa valorização depende da escola como um todo, e de cada docente em particular, mas o professor de Educação Física dispõe de um lugar privilegiado dentro dessa situação, pois conta com a força da legitimização cultural e com recursos técnicos para participar e contribuir num poderoso movimento de valorização. “Assim, a valorização da escola local pode, em termos práticos, ser muito mais importante para a formação das crianças e jovens que as definições sobre os objetivos e funções da educação” (LOVISOLO, 2000:95).

3.0 METODOLOGIA

3.1 ESTUDO DE CASO

A presente monografia constitui-se de um estudo de caso vertente onde inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas que explanam a analogia sócio-político-cultural contemporânea das sociedades e suas presentes dificuldades e sistemáticas para a auto sustentação, as quais fazem referência e abordagens sobre o tema em questão. Concomitantemente, foi realizada um estudo de caso, através da observação participativa das aulas de Educação Física realizadas na Associação dos Meninos de Curitiba. O estudo e a abordagem crítica possibilitaram a emergência da análise de diversas problemáticas e situações factuais, que, direta ou indiretamente afetam as aulas de Educação Física. A análise foi finalizada com entrevista realizada com a coordenadora da instituição Raquel Pereira¹².

É considerado um estudo de caso pois o enfoque principal do trabalho permite a abordagem crítica da atuação da Educação Física dentro de um ciclo organizacional entre o público e o privado contemporâneo.

Portanto, a analogia em suma, estendeu-se entre a pesquisa bibliográfica e em artigos constantes em periódicos, assim como aqueles veiculados pela rede *on-line*. Somando-se, com isto, a observação participativa e entrevista pautada.

3.2 CASO ESTUDADO: ASSOMA (ASSOCIAÇÃO DOS MENINOS DE CURITIBA)

O estudo de caso foi realizado na ASSOMA, localizada na Rua Ébano Pereira, no bairro Guabirota. A instituição foi criada em julho de 1987, fundada por um grupo de professores apoiados pela Prefeitura. Inicialmente os professores se apresentavam com a proposta de oferecer atividades educacionais e de instrução para mudar a situação de abandono, no qual as crianças viviam. Assim, surgiu o “Centro de Convivência da Assoma”, o qual atendia e encaminhava as crianças para a atual sede

¹² O nome da coordenadora da instituição é fictício para garantir o anonimato.

no bairro Guabirota. Hoje, a abordagem dos meninos e meninas em situação de risco é feita pelo SOS Criança e pelo Resgate Social, ambos programas da Prefeitura Municipal de Curitiba, que encaminha para instituições que tratam da reeducação, como é o caso da ASSOMA.

A ASSOMA atualmente, é uma das únicas instituições de assistência social do Paraná a receber o título de “entidade de utilidade pública federal”, concedido pelo Ministro da Justiça, em Brasília¹³. A instituição trabalha em média com 300 crianças na faixa de 6 à 17 anos, sendo que dessas, 100 estudam na Escola Desembargador Cunha Pereira, mantida pela própria instituição e que tem ensino de pré-escola a 4ª série. A Assoma conta ainda com 12 oficinas: Padaria, Copa/Cozinha, Jardinagem, Minhocário, Horta, Serigrafia, Lavanderia, Cerâmica I e II, Confecção, Construção e Brinquedoteca. As crianças entram para as oficinas com 6 anos de idade e permanecem até os 17 anos. A cada 06 meses as crianças trocam de oficina. As oficinas têm como objetivo a socialização e iniciação da criança para o mercado, através da “educação pelo trabalho”.

Como forma de manter as crianças na instituição, esta fornece para as crianças vale-transporte com 50 créditos (cartão magnético) a cada 25 dias e a partir dos 07 anos as crianças passam a receber a bolsa-auxílio, no valor de 56 reais. Mas o que vemos na prática é que nem sempre a criança ganha o valor integral. Para receber a bolsa, a criança precisa obedecer algumas regras, as quais são chamadas de “combinados”. As ausências na instituição ou em alguma aula, também são motivo para descontar da bolsa, independente de qual seja seu motivo. Como diz a coordenadora da Assoma: “...existem aí as porcentagens. Se ele vai receber 100%, se ele vai receber quantos por cento dessa bolsa”.

Com base no Estatuto da Associação dos Meninos de Curitiba o objetivo geral da instituição é : “Garantir os direitos e deveres dos meninos e meninas em situação de risco pessoal e social, enquanto crianças e adolescentes, e possibilitar o exercício pleno de sua cidadania”. Dentre seus objetivos específicos está:

¹³ Fonte: *Uberaba News*, ago.2003 p.09.

1- Proporcionar orientação sócio-pedagógica através da educação pelo trabalho¹⁴, com a proposta estruturada sobre o “princípio das três participações”:

- Participação do educando na gestão do trabalho (pensar).
- Participação do educando no conhecimento relativo do trabalho realizado (elaborar).
- Participação do educando no produto de seu trabalho (usufruir).

Como já vimos anteriormente as instituições do terceiro setor vêm passando por sérias dificuldades financeiras. As doações e subvenções estatais nem sempre são suficientes para sustentar os projetos realizados, bem como as instituições. Com a Assoma não é diferente. Além das oficinas estarem proporcionando uma orientação sócio-pedagógica, em vários momentos da entrevista realizada com a coordenadora da instituição, nos mostra que as oficinas são também uma forma de rentabilidade.

... a panificadora e a lavanderia são as duas oficinas que dão uma forma de sustentabilidade para a ação financeira (...) o terceiro setor precisa de um negócio (...) é uma proposta que através da iniciação do trabalho, e tal, a criança aprende fazendo. Também existe a possibilidade de você estar comercializando essa venda (...) Vocês comprem pão de vez em quando, podem levar uma verdura, você pode levar um artesanato....

Os produtos da padaria e lavanderia são comprados pela prefeitura e estado, respectivamente, assim como pela comunidade local. Além desses produtos, são comercializados também os artesanatos, confeccionados pelas oficinas de cerâmica, confecção e marcenaria. As outras oficinas, apesar de não venderem seus produtos, são responsáveis por manter a estrutura da instituição, como cuidar do jardim, preparar o lanche, lavar a louça, limpar o chão, organizar o refeitório e cuidar das hortaliças utilizadas nas refeições. Os produtos confeccionados são vendidos em uma bazar junto com parte das doações de roupas e brinquedos, realizado frequentemente pela própria instituição. “(...) roupa por exemplo, roupa de criança, de adulto (...) é separado, lavado primeiro (...) e depois é colocado num bazar que a gente faz de vez em quando...”. Por essas e outras questões podemos colocar em dúvida quais são os objetivos da instituição. Educação ou Sustentação? Formação de quem? Para quem?

¹⁴ Grifo meu.

4.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não é uma questão de ser contra as instituições do terceiro setor, no entanto é importante refletir a forma como estas são abertas e sustentadas. Quando falamos em ONG's, instituições sem fins lucrativos e mais especificamente em casas que trabalham com crianças em situação de risco, logo pensamos que estas surgiram de forma heróica para resgatar aquela parcela da população situada às margens da sociedade – ou seja, pessoas não partícipes dentro de um círculo social integrado. Entretanto, não podemos mais permitir que as instituições sejam vistas de forma puramente ideológica, onde o povo une-se na esperança de melhorar a vida daquele que nada tem.

Se olharmos os objetivos pautados em seus projetos veremos que a maioria das instituições para crianças buscam a inclusão em todos os segmentos da comunidade. A ASSOMA vem através de suas 12 oficinas buscar a formação da criança através do trabalho. As oficinas são : lavanderia, copa/cozinha, padaria, confecção, horta, jardinagem, construção da identidade, minhocário, cerâmica I e II, informática e brinquedoteca. Infelizmente o que as pessoas não sabem é que ao invés de incluir essas instituições acabam por excluir no seu interior. De acordo com SILVA e COSTA (2003) “Estas crianças estão nas instituições que a sociedade projetou para garantir uma certa ordem social; são lugares reservados à elas, fora do interior, ou seja, na margem, também ambivalentes, plurais e contraditórios...Esta inclusão serve muito mais para excluir, eis a cilada que se reserva ao tema”.

De que forma isso acontece? As instituições como a ASSOMA, assim com a escola, são financiadas com a perspectiva de atender um projeto político e econômico global. Deste modo, trabalha-se com a homogeneização e universalização como pontos de referência para o que é considerado dentro das normas; tratando-se o diferente com indiferença. Com isso criamos diversos programas e instituições “paternalistas” que ao invés de resolver o problema, das crianças em situação de risco, preferem gastar toda suas estruturas em soluções de curto prazo. O maior exemplo que podemos dar hoje é o programa “Fome Zero”, que tem com objetivo dar de comer aquele a quem tem fome. Mas se daqui a quatro anos nosso atual presidente, Luis

Inácio Lula da Silva e assessores não forem reeleitos, quem garante que esse programa vai continuar? Por que ao invés de se investir tanto dinheiro em campanhas, propagandas e viagens de divulgação, o governo não cria um programa de qualificação profissional para educadores/as sociais e investe na qualidade da educação para estas crianças e jovens? Programas de qualificação que realmente estejam comprometidos em fazer jus aos seus objetivos. Sabemos que existem alguns programas educacionais e de qualificação que só estão preocupados na propaganda ideológica, onde o aluno/a recebe o diploma de conclusão do 2º grau sem nem ao menos ter freqüentado um mínimo de aulas. “A fome de um homem pode ser curada pela solidariedade. A fome de um povo só se cura pela eficiência...”, é o que diz Martins a respeito do programa Fome Zero (ANEXO 11).

Outra aspecto importante é a diferença entre exclusão social e desqualificação social. A primeira, já bastante “banalizada”, faz parte de *slogans* e é o tema preferido de propagandas eleitorais. É uma expressão utilizada por todos os segmentos sociais, tratada como uma questão de perda da condição de inserção social. BONETTI trata dessa temática como sendo;

... nem arbitrária nem accidental. Emana de uma ordem de razões proclamadas. Ousar-se-ia dizer que ela é justificada, se entendemos por isso que repousa sobre julgamentos e passa por procedimentos cuja legitimidade é atestada e reconhecida. Trata-se por exemplo de populações advindas de um regime especial: inválidos, deficientes, idosos, economicamente frágeis, crianças em dificuldade, famílias monoparentais, etc. (BONETTI in FERREIRA e AGUIAR 2001:215).

Já a desqualificação social seria o processo que antecede a exclusão social. A desqualificação tem um caráter muito mais específico, pois diz respeito a inabilidade do indivíduo com relação aos avanços tecnológicos, associados ao mercado de trabalho, em uma análise de “multiculturalismo”. Assim podemos dizer que a qualificação é: “...a volta do sujeito social às condições de participação plena na sociedade, no pleno exercício de sua cidadania. Nesse sentido ousaríamos ampliar o conceito para as questões de origem sociocultural, o que desqualifica o sujeito social da participação plena no contexto, tanto no mundo do trabalho como das demais

relações que caracterizam plenitude da cidadania”. (BONETTI *in* FERREIRA e AGUIAR 2001:216).

Na instituição observada, a ASSOMA (Associação dos Meninos de Curitiba), uma das preocupações está principalmente no gerenciamento do tempo das crianças e na manutenção da estrutura da instituição. São as próprias crianças que limpam, cozinham, lavam, cuidam do jardim, fazem cerâmica e pão, prestando serviços e vendendo produtos, tanto para fins próprios, quanto para a comunidade local. Os trabalhos executados pelas crianças ocupam mais de 50% do quadro orçamentário, como mostra o ANEXO 12. Não bastasse toda essa “mão de obra barata”, boa parte das doações são revertidas em dinheiro. Ou seja, poderíamos até dizer que o fim maior dessas instituições é a sustentabilidade, o resto é secundário. MONTAÑO (2002:58), tratando do caso boliviano, e a partir de estudos da ONU (Organização das Nações Unidas) e FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), mostra que: “para cada 100 dólares gastos nos projetos de desenvolvimento social realizados pelas ONG’s, somente cerca de 15 a 20 dólares chegam até os seus beneficiários finais”. O restante custeará os gastos operacionais.

Isso acontece tanto nas instituições como em programas criados pelo próprio governo. “Estudos do Banco Mundial fazem severas críticas aos programas gerenciados pelos governos, sobretudo nos países do Terceiro Mundo. Em alguns casos, do dinheiro aplicado no programa apenas 20% chegam ao destinatário final... Ou seja, a burocracia estatal de operação do programa comia 80% dos recursos”¹⁵.

Outro fator a ser destacado é o trabalho infantil camuflado por essas instituições. A sociedade tolera o trabalho infantil partindo da premissa de que o trabalho faz distanciar da vadiagem, da droga, da prostituição. Mas por que da porta para dentro de uma instituição não é caracterizado trabalho infantil? Que diferença é essa, que interesses são esses? Nesta análise gostaria de reiterar que o próprio estatuto da instituição, em seus objetivos específicos, visa: “Proporcionar orientação sócio-pedagógica através da educação pelo trabalho...”.

¹⁵ Dados do jornalista José Pio Martins (*Gazeta do Povo* – 01/06/2003 em ANEXO 11), a respeito do PAG (Plano de Ação Governamental) instituído pelo ex-presidente José Sarney.

Estudos feitos pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) mostram que existem aproximadamente 246 milhões de crianças entre 5 a 17 anos trabalhando no mundo todo. Dentre elas, 171 milhões são obrigadas a realizar trabalhos perigosos, tanto para sua integridade física, quanto psicológica. Numa tentativa de enfrentar essa problemática foi criado o IPEC (Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil), o qual está concentrado em três vertentes:

- a) o conhecimento dessa problemática;
- b) o desenvolvimento de ações preventivas, de sensibilização, formação educativa e outras;
- c) a promoção de ações corretivas, em particular de reforço da legislação e de controle, com maior ênfase na luta contra as piores formas de trabalho infantil, que constituem uma intolerável violação dos direitos das crianças.

No Brasil, mesmo com a criação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), existem atualmente mais de 5 milhões de crianças trabalhando, isso sem contar as crianças que trabalham dentro das instituições. Para cada criança que está na escola e integrada em algum tipo de programa social, o PETI concede uma complementação mensal através da “Bolsa Criança Cidadã”, com o objetivo de mantê-las dentro da escola. Infelizmente, como qualquer política pública, principalmente de caráter assistencialista, estas estão sujeitas a atrasos e quando isso acontece as crianças, imediatamente voltam às ruas. Em outros casos o ganho de rua é muito maior do que o benefício oferecido, além do que a rua é o espaço onde a vida dessas crianças acontece na transgressão ou reformulação de suas próprias regras.

Foi ratificado em 132 países, inclusive no Brasil, a Convenção n.º 132, aprovada pela OIT em 1999, durante a Conferência Internacional do Trabalho. A Convenção é caracterizada por:

- a) identificar e denunciar as formas mais intoleráveis de trabalho infantil;
- b) impedir que as crianças sejam envolvidas nessas formas de trabalho ou contribuir para as libertar dessas situações, assegurar a sua readaptação e integração social através de medidas que tenham em conta as suas necessidades físicas e psicológicas;
- c) neste âmbito, prestar uma atenção especial às crianças mais jovens e às do sexo feminino;

- d) identificar e trabalhar com as comunidades em que as crianças estejam particularmente expostas a riscos;
- e) informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública e os grupos envolvidos, incluindo as crianças e as respectivas famílias.¹⁶

Entre os trabalhos considerados como os piores e intoleráveis, estão os lixões, olarias, pedreiras, corte de cana, atividades ilícitas e casa de farinha. Entretanto não podemos nos esquecer do trabalho infantil institucionalizado. Que devido ao modo como é conduzido torna-se muito pior do que as outras formas de trabalho. Pois diferentemente dos outros este é aceito e aprovado pela sociedade. O trabalho institucionalizado foi inserido de tal maneira a estar ideologicamente de um lado cumprindo com a obrigação de educar e integrar a criança e adolescente no meio social e por outro lado tira das ruas menores infratores, drogados e prostitutas, dando uma sensação de falsa segurança para a população. A imagem que muitas vezes as instituições constroem, de uma política não sistematizada e livre de qualquer tipo de interferências, sendo um manto de bondade, não passam de um sistema puramente escravocrata repleto de interesses políticos partidários de fachada (aparência).

Se a preocupação maior está em se auto-sustentar como estas instituições podem se preocupar com a qualificação e inserção das crianças? Desde quando esfregar o chão da cozinha qualifica a pessoa para enfrentar a sociedade? De que forma aprender a pregar um botão, ou ficar 4 horas em baixo de um sol quente carpindo vai trazer cidadania para a criança?

No próprio estatuto da instituição art. 3º - inciso V a instituição se dá o direito de: “manter atividades de padaria, lavanderia, horta e outras com a finalidade de auferir receita para respaldo econômico de sua manutenção”. Todo esse trabalho de manutenção é chamado pelos coordenadores da instituição de *oficinas* como meio de “qualificação” e de iniciação para o mercado de trabalho e inserção na sociedade. Esse é um dos grandes problema do nosso país, o qual tem o costume de dar o certificado, mas de não qualificar o sujeito. A educação hoje, é bastante valorizada, mas

¹⁶ Fone: http://www.ilo.org/organiza%C3%A7%C3%A3o/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/html/debate_2.htm, 27 set. 2003.

contraditoriamente o ensino e os professores/as sofrem um grave processo de desvalorização.

Como podemos pensar a ação da Educação Física dentro da ASSOMA?

Creio que os professores/as podem mudar essa linha de trabalho, de pensamento, mudando sua política e metodologia durante as aulas. Mas para isso, têm que antes de mais nada “se pensar”. Pensar no *SER*. Pensar nas relações de sujeitos, com sujeitos e como sujeitos. Fazer com que a aula tenha a inter-subjetividade relacionando com os interesses dos alunos/as.

A inserção da Educação Física no contexto de meninos e meninas em situação de risco realizado na ASSOMA faz com que mudanças de regras se tornem o início de um processo de reflexão, não só para as crianças, mas principalmente para professores/as, educadores/as e estagiários/as. Deixa-se de lado as “receitas de bolo” e procura-se fazer do imprevisível um aprendizado.

A postura do profissional dentro da ASSOMA, é muito mais de mediador do que de professor, aquele cujo é o dono do saber. Os alunos interagem durante as aulas, participam, opinam e o professor tem que estar preparado para o desafio, para o desconhecido. Logicamente que nem sempre é tão fácil, muitas vezes todo o planejamento vai por “água a baixo”. Não importa qual, ou quais metodologias o professor irá adotar, o importante é ele estar ciente do seu papel diante desse novo contexto. O professor tem que estar aberto às novas propostas e metodologias que vem surgindo, derrubando teorias mais tradicionais, como as defendidas por LIBÂNEO. Saber desde o início se organizar, traçar seus objetivos e planejar. Mas sempre fazer com que esse planejamento seja flexível e aberto a qualquer alteração. Não podemos chegar de mãos abanando, mas temos que estar ciente que nem sempre conseguiremos propor aquilo que foi planejado e para isso é preciso ter cartas na manga.

Acima de tudo o professor tem que estar ciente, de que muitas vezes a aula de Educação Física e/ou recreação vão ser os únicos momentos em que a criança tem de poder ser criança. Ou seja, as aulas são os raros momentos em que a criança tem de brincar, de ser criativa, de estar exercendo seu direito a uma vida digna. Por esse e

outros motivos é que as aulas tem que ser pensadas, o ensino/aprendizagem tem que se dar de maneira espontânea e não de uma forma imposta e sistematizada. O professor tem que estar ciente que ele está lá não para cumprir horário, mas sim para de alguma forma ajudar no desenvolvimento psico-social da criança. . “Nesse quadro de desigualdades sociais, aumentar a quantidade e a qualidade da oferta de educação equivale a diminuir a diferença de oportunidades.” (FRAGATA, 2002:12).

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta monografia foi o de analisar o trabalho desenvolvido com a Educação Física na Associação dos meninos de Curitiba. Como vimos, o Brasil possui mais de 500 mil organizações sem fins lucrativos; a mídia, a todo momento, nos bombardeia com projetos e ações realizadas por estas. Em muitas dessas ações a Educação Física ganha lugar de destaque, como na Fundação Gol de Letra. Desta forma, vimos que não se pode negar o fato de que essas instituições já fazem parte da nossa cultura e para tanto a necessidade de se conhecer o contexto onde se está trabalhando, favorece o trabalho do professor de modo a não reafirmar ainda mais a exclusão das crianças em situação de risco, como vimos anteriormente.

As Organizações Não Governamentais, Instituições Filantrópicas, Associações sem Fins Lucrativos, que antes eram sinônimos de caridade e de solidariedade passam a ser sinônimos de lucro e investimentos. Ou seja, cremos num primeiro momento que essas organizações surgem em resposta a uma ineficiência do Estado em atender as seqüelas da sociedade. No entanto, o terceiro setor surge como uma estratégia neoliberal, na tentativa de se reestruturar o capital, livre, por vezes, de qualquer ato altruístico e heróico.

Na instituição ASSOMA, a infância é pensada, como etapa natural do ciclo biológico da vida, como momento inexorável da existência a que todos passam, mas também é igualmente exposta, como fenômeno pelo qual a sociedade capitalista explora a força de trabalho, condenando a criança não apenas a uma antecipação do processo de formação natural, mas a uma depreciação social, dando-lhes menos chance de ter uma vida digna. Ou seja, os direitos mais elementares, como o direito de brincar, são desrespeitados, desse modo, o direito à infância fica aquém do anseio das crianças em situação de risco.

As crianças dependentes do assistencialismo do Estado e das organizações do terceiro setor, se submetem a diferentes arranjos para garantir sua sobrevivência. Estas dificuldades não são apenas de problema político, trata-se de uma cultura política. E esta se modifica apenas com o tempo e mudanças de pensamento das pessoas com relação às questões de vida e sociais do ser humano em si. Por enquanto, muitas

crianças acabam indo para casas de apoio, instituições filantrópicas onde possam continuar sua sobrevivência. Sua estrutura psicológica e mental acaba sendo prejudicada com o passar do tempo, devido à exclusão social, falta de brincadeiras, atividades físicas e mentais e abandono da família.

A miséria da sociedade traz à tona dois fatos inquestionáveis: a desigualdade na vida e a impossibilidade de as políticas públicas darem conta da questão da infância em sua complexidade. Assim, vemos as crianças serem vítimas de sua própria condição, sem uma assistência adequada de vida e de formação, devido a falta de preocupação do Governo e Estado. Crianças que são deixadas de lado pela sociedade que não lhes oferece condições e oportunidades iguais, acarretando em uma exclusão social e deterioração de suas expectativas de um futuro melhor e mais digno.

Como foi analisado anteriormente, é durante as aulas de Educação Física que o professor pode resgatar nessas crianças o direito delas de brincarem e de terem a esperança de um futuro melhor. Precisamos, enquanto professores, adotar uma formação profissional baseada na prática reflexiva, aquela que atende a todos; que valoriza as diferenças, pois é através desta que podemos adaptar os jogos, mudar as regras, fazer com que a criança participe ativamente dessa intervenção, tornando a brincadeira agradável para todos, de maneira que ao mesmo tempo que a criança brinque, cresça como sujeito. Pois brincar não é estar ocioso, não é simplesmente uma atividade de recreação e prazer; brincar é estar passando por um processo de formação enquanto indivíduo.

Brincar é, em essência, experimentar a emoção da descoberta. É surpreender-se investigando, no cume da árvore, as frutas e flores. É admirar as conchas na praia, olhar os peixes no rio, sentir o gosto da chuva no rosto, sujar-se na lama, entrar em cavernas. Ou simplesmente ficar sem fazer nada vendo as coisas, quaisquer coisas, passarem, entretido com o canto de um passarinho. É cutucar a terra, descobrir a minhoca (...). É ficar sentado, intrigado com as cores do arco-íris. (...)Na brincadeira unem-se o prazer e o aprendizado. (DIMENSTEIN, *Gazeta do Povo*, 02.11.2003).

E é nas aulas de Educação Física que muitas vezes, se oportuniza um espaço que a criança tem de poder brincar, de interagir com o meio e com si próprio. Sob o

ponto de vista do desenvolvimento humano, a criação de uma situação imaginária pode ser considerada como um meio para desenvolver o pensamento abstrato. O Brinquedo constitui-se, portanto, em um alto nível de desenvolvimento da infância. Desta forma, o objetivo que temos que galgar em nossas aulas, não é o de formar atletas, tampouco o de seguir conteúdos sistematizados, mas, o de estar trazendo para as crianças em situação de risco vivências novas, de uma infância que elas não tiveram ou que não estão tendo; resgatar a auto-estima e trabalhar com valores humanos. Da mesma forma que as garantias constitucionais só serão respeitadas desde que se lute por elas, essa luta pode começar dentro de nossas aulas.

Embora tenhamos consciência de nossas crenças e cultura, estas não deixam de estar atuantes inconscientemente, influenciando nossos comportamentos. Por exemplo, todos nós sabemos como uma visão de mundo bastante tendenciosa é posta por meio da propaganda do atual governo Federal brasileiro, altamente incongruente com a realidade nacional. Da mesma forma, a sociedade e a cultura nos passam uma visão de mundo que, para ela, é o correto, mesmo que surjam fenômenos que lhe apontem as fraquezas da sociedade, que não o são.

Tendemos a achar curioso o fato de que outras culturas “tradicionais” ou “primitivas” percebam a realidade de forma discrepante do ponto de vista global da ciência moderna. É muito penoso alimentar o pensamento de que nós, na moderna e tecnológica sociedade ocidental, podemos ter as nossas próprias peculiaridades culturais quanto ao modo de perceber o mundo, e de que nossa realidade possa ser tão intrinsecamente provinciana quanto a da Idade Média nos parece hoje. Uma vez que a ciência ocidental é o “melhor” sistema já concebido de saber, parece razoável que consideremos nossos valores “normais” e nossas preferências “naturais”.

Com o desenvolvimento deste estudo pude compreender que só vamos aprender com o reconhecimento das falhas de nossa visão de mundo e no ressurgir de uma concepção mais orgânica, holística, ecológica, transpessoal e humana do homem na natureza. Na aceitação de que nossa visão de mundo não é a melhor. Que as outras, em sua diferença, têm muito a nos dizer e ensinar, inclusive sobre nós mesmos. De que o universo é muito mais sutil e complexo do que o que nos faz crer nossa “vã filosofia” científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, H.. Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.21, n. 1, p.112-116, set.1999.

ANDRADE, C..É hora de aceitar e valorizar as diferenças. **Nova Escola**, p.38-43, dez. 2000.

ASSMANN, H.. **Reencantar a educação: rumos à sociedade aprendente**, Petrópolis: Vozes, 1998.

BORBA, E. R.;BORSA, L. R. e ANDREATTA,R.. **Terceiro Setor, Responsabilidade Social e Voluntariado**, Curitiba: Champagnat, 2001.

CAMARGO, M. F.; SUZUKI, F.; UEDA, M.; SAKIMA, R.; GHOBIL, A.. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

COMTIBA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Curitiba). **Estatuto da Associação dos Meninos de Curitiba – ASSOMA**, jul.2002.

FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**, 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2001.

FRAGATA, C.. **Investindo na cidadania: o avanço da educação no Brasil**, São Paulo : Prêmio Editorial, 2002.

IOSCHPE, E. (et. al.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LOVISOLO, H.. **Atividade física, educação e saúde**, Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

LUFT, C. P.. **Minidicionário Luft**, São Paulo: Ática – 13. Ed. – 1997.

MELO NETO, F. P. & F., CÉSAR. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**, Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

MELO NETO, F. P. & F., CÉSAR. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**, Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999.

MONTAÑO, C.. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, R.G.; COSTA, M. R. F.. **Reflexões sobre a prática educativa com meninos e meninas em situação de “risco social”**. Actas del VIII Seminário de la APEC, p.23-32, Barcelona: Apec, 2003.

VIGOTSKI, L.S. . **A formação social da mente**, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

2º FÓRUM DE IMPRENSA, TERCEIRO SETOR E CIDADANIA EMPRESARIAL, disponível em < <http://www.sp.senac.br>>, acesso em: 01 dez. 2000.

AJUDA BRASIL disponível em : <<http://jornalnacional.globo.com/semana>>, acesso em: 16 maio 2003.

FICOU MAIS DIFÍCIL JOVENS CONSEGUIREM EMPREGO, disponível em: <<http://www.andi.org.br/noticias/index.html>>, 25 maio 2003.

NO FRONTE CONTRA O TRABALHO INFANTIL, disponível em: <http://www.ibase.org.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=127&info_id=334>, acesso em: 27 set. 2003.

OFERTAS DE EMPREGO, disponível em: <<http://www.gife.org.br/empregos.asp>>, acesso em: 11 jun. 2003.

ONG's ENSINAM GOVERNO A TORNAR ESCOLAS MAIS ATRAENTES, disponível em: <<http://www.filantropia.com.br>>, acesso em: 16 jun. 2003.

PROJETO CRER PARA VER, PARCERIA POR UM PAÍS POSSÍVEL, disponível em: <<http://www.fundabrinq.org.br/crerparaver/informativo/Informal1c.htm>>, acesso em: 26 maio 2003.

REPORTAGENS, disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/cgi-bin/jornaldaglobo>>, acesso em: 26 maio 2003.

TRABALHO INFANTIL, disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/debate_2.htm>, acesso em: 27 set. 2003.

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: QUESTÕES POLÍTICAS, disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/trabin2.htm>, acesso em: 27 set. 2003.

ANEXOS

ANEXO I	- O futuro nas prateleiras do supermercado.....	36
ANEXO II	- Terceiro setor e imprensa	38
ANEXO III	- Solidariedade com apenas um “clique”.....	40
ANEXO IV	- Marketing social.....	42
ANEXO V	- Foco de atuação das ações sociais das empresas.....	49
ANEXO VI	- Atuação dos setores da economia em ações sociais	51
ANEXO VII	- A crise no terceiro setor	53
ANEXO VIII	- Investindo na educação	55
ANEXO IX	- De quem é a responsabilidade?.....	58
ANEXO X	- Oportunidades de emprego no terceiro setor.....	60
ANEXO XI	- “Fome Zero”, até quando?.....	65
ANEXO XII	- Quadro 01: orçamento anual da ASSOMA.....	67
ANEXO XIII	- Entrevista concedida pela coordenadora da ASSOMA	69

ANEXO I – O FUTURO NAS PRATELEIRAS DO SUPERMERCADO

COLOQUE O FUTURO DE NOSSAS CRIANÇAS NA SUA LISTA DE COMPRAS

**DIA WAL-MART
PELA CRIANÇA
AQUI VOCÊ FAZ A DIFERENÇA.**

O dia em que parte das vendas de todas as lojas Wal-Mart Supercenter, Wal-Mart Todo Dia e clubes de compras SAM'S CLUB será revertida em favor do Programa Nossas Crianças da Fundação Abrinq.

DOMINGO, 15 DE DEZEMBRO.



ANEXO II – TERCEIRO SETOR E IMPRENSA

TERCEIRO SETOR E IMPRENSA

“2º Fórum de Imprensa, Terceiro Setor e Cidadania Empresarial”:

Nos dias 29 e 30 de novembro, no Senac de São Paulo, foi realizado o 2º Fórum Brasileiro de Imprensa, Terceiro Setor e Cidadania Empresarial. Mais de 20 profissionais compuseram as seis mesas do evento para tratar de assuntos como a relação imprensa-ONG, empresa-comunidade, entre outros. A Academia de Desenvolvimento Social foi convidada a participar da mesa "Como as organizações do Terceiro Setor estão se preparando para o desafio de ser fonte de informação para a imprensa".

Em sua exposição, a Academia ressaltou a importância de considerar a comunicação como plataforma para a boa execução de planos, projetos e programas. Profissionais de outras ONGs como o Greenpeace; de veículos de comunicação, como o jornalista Heródoto Barbeiro, e de empresas privadas, como a Rede Globo estiveram presentes, expondo a visão de cada um desses setores sobre sua relação com o terceiro setor.

O evento foi realizado pelo Senac de São Paulo (www.sp.senac.br) e contou com o apoio institucional da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, Fundação FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas - Fundação Odila e Lafayette Álvaro - SP e Fundação Educar DPaschoal.

Fonte: <http://www.sp.senac.br>, 01/12/2000.

ANEXO III – SOLIDARIEDADE COM APENAS UM “CLIQUE”

SOLIDARIEDADE COM APENAS UM “CLIQUE”

“Portal da solidariedade.

Os brasileiros que querem ajudar outros brasileiros vão ganhar um instrumento poderoso a partir de sábado. As maiores empresas de internet do país se uniram num projeto. Uma ponte entre quem quer doar e quem precisa receber. O **Ajuda Brasil**.

O site **Ajuda Brasil**, formado pelas sete maiores empresas da internet brasileira, pretende ser um canal de solidariedade. As 500 instituições cadastradas poderão receber doações de bens ou em dinheiro.

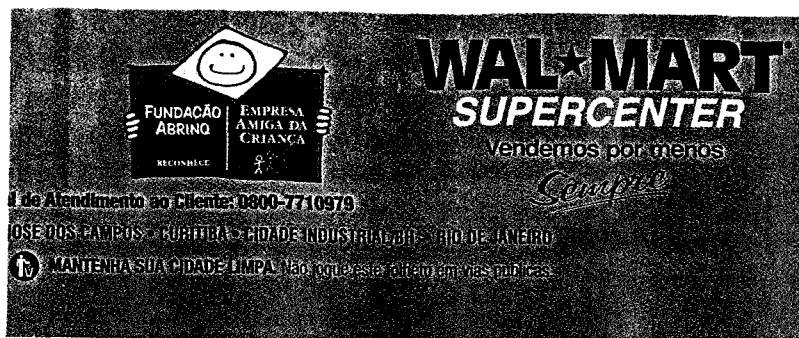
A pessoa que doou saberá como o seu dinheiro foi utilizado e vai poder, inclusive, dar uma nota pra essa empresa que recebeu a doação dizendo como que esse doador acha que foi usado o dinheiro, conta o presidente do Ajuda Brasil, Marcos Wettreich.

O Ajuda Brasil também vai incentivar a doação de sangue. Apenas 1,74% da população brasileira vai aos hemocentros regularmente. Bem abaixo dos 4% recomendados pela Organização Mundial da Saúde. O site vai aceitar ainda a inscrição de quem quer, simplesmente, ajudar. Como fazem os 35 voluntários da creche Mãe do Salvador, em São Paulo. A instituição atende a 293 crianças e adolescentes da periferia.

É importante deixar muito claro: o portal **Ajuda Brasil**, não ficará com nenhuma parcela das doações. O papel dele é oferecer uma lista de 500 organizações sérias, confiáveis, idôneas para que você possa escolher qual delas vai ajudá-lo a ajudar alguém”.

Fonte: <http://jornalnacional.globo.com/semana>, 16/05/2003.

ANEXO IV – MARKETING SOCIAL



FUNDACÃO ABRINQ EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA

WALMART SUPERCENTER
Vendemos por menos
Sempre

Atendimento ao Cliente: 0800-7710979

JOSE DOS CAMPOS - CURITIBA - CIDADE INDUSTRIAL BH - RIO DE JANEIRO

MANTENHA SUA CIDADE LIMPA. Não cole este cartão em áreas públicas.

Programa Crer para Ver.
Quem crê, vê e faz acontecer.

O Programa Crer para Ver, uma parceria da Fundação Abrinq e da Natura, tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público brasileiro. Na compra deste estojó, parte do lucro será destinada ao programa.

Iniciativa válida somente para o Brasil.
www.natura.net/crerparaver



sac
serviço de atendimento ao cliente
0800 7026767
sac@mercadorama.com.br
fale com a gente.

*Doe Alimentos.
Faz bem para o corpo
e para a alma.*

Pró Instituto Cidadania de Curitiba

FAS
FUNDACÃO DE AÇÃO SOCIAL

Em cada loja de Curitiba existe um container para receber seus alimentos não perecíveis.



Contribua com a limpeza de nossa cidade, não jogue este papel no chão.

Aceitamos Cartões de Crédito e Cartões de Débito Automático:



Aceitamos os seguintes convênios alimentação:

Valetik - Vale Cartão - Refeislul - Top Premium - Super Bônus - Cheque Pleno
Abrapetite - Abrapetite Cartão - Ticket Alimentação Eletrônico - Benecard
VR Smart - Sodexo Eletrônico Banquet - Top Premium Eletronic

Mercadorama

Faz parte da sua vida.

O QUE É O INSTITUTO RONALD McDONALD?



O Instituto Ronald McDonald é uma organização sem fins lucrativos, criada para apoiar iniciativas que aumentem o índice de cura do câncer em crianças e adolescentes no Brasil.

Para atingir esta meta, o Instituto arrecada e repassa recursos financeiros a dezenas de instituições e ajuda a aumentar o conhecimento sobre a causa.

Hoje, quando diagnosticada a tempo e tratada corretamente, a possibilidade de cura da doença chega a 70%. O Instituto Ronald McDonald acredita que é através do fortalecimento do trabalho da sociedade e das instituições que o índice de cura irá crescer.

Saiba mais sobre o Instituto Ronald McDonald na Internet:

<http://www.instituto-ronald.org.br>.

O QUE ACONTECERÁ NO DIA 20 DE NOVEMBRO?

No dia 20 de novembro, 29 mil restaurantes McDonald's dos 121 países onde a rede opera estarão empenhados em um projeto como só o McDonald's pode fazer: o Dia Mundial das Crianças, uma campanha internacional em benefício de crianças e adolescentes.

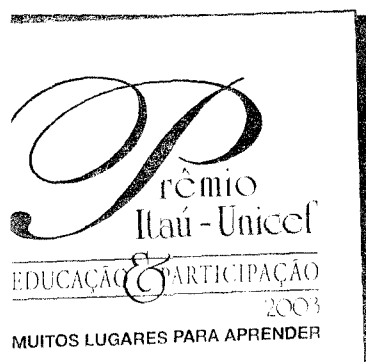
No Brasil, o Dia Mundial das Crianças será um grande evento de prestação de contas para a comunidade.

Neste dia, em vários restaurantes McDonald's do Brasil inteiro e nas instituições beneficiadas pelo McDia Feliz 2002, o Instituto Ronald McDonald e representantes dessas entidades estarão agradecendo à comunidade pelo seu envolvimento e mostrando os projetos que foram e serão realizados com os recursos arrecadados.

O Dia Mundial das Crianças coincide com o aniversário da adoção da Convenção dos Direitos da Criança pela ONU (Organização das Nações Unidas), que aconteceu em 20 de novembro de 1989.

Prêmio Itaú-Unicef: pela 5ª vez premiando quem educa com competência e criatividade.

Há 10 anos, o **Programa Itaú Social** vem concentrando esforços em projetos sociais voltados para a educação e saúde. O **Prêmio Itaú-Unicef** é uma das principais ações do **Programa Itaú Social** e dá apoio a programas que atuam com crianças e adolescentes, estimulando seu desenvolvimento como cidadãos.



Em sua 5ª edição, o Prêmio traz o tema "Muitos Lugares Para Aprender" para reconhecer entidades que realizam programas de ações complementares à escola, como por exemplo, música, esportes, dança, teatro e pintura, entre outros. São ações que acontecem nos horários em que o aluno não está na escola, complementando as atividades escolares.

Se você participa de uma entidade que desenvolve programas assim, há pelo menos um ano, inscreva-os através dos sites www.itaui.com.br, www.unicef.org.br e www.cenpec.org.br ou retire sua ficha de inscrição nas Agências Itaú. As inscrições devem ser feitas de 28 de abril a 30 de junho.

Para mais informações, ligue 0800 770 7104.



açúcar refinado
especial



UNIAO



*Parte da renda
será destinada a
projetos que
ajudam crianças,
desenvolvidos
pelo Instituto
Ayrton Senna*



INDÚSTRIA BRASILEIRA

Peso líquido

1kg

Sódio 0 mg | 0 %

*Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2.500 calorias.

Produzido e distribuído por:
Cooperativa de Produtores
de Cana, Açúcar e Alcool
do Estado de São Paulo Ltda.
- COPERSUCAR
ESCRITÓRIO CENTRAL
R. Borges de Figueiredo, 237
São Paulo - SP
CNPJ 61.149.589/0001-89



Instituto

Ayrton Senna

O VALOR OBTIDO COM O LICENCIAMENTO DA MARCA SENNINHA É 100% DESTINADO A PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO INSTITUTO AYRTON SENNA.

www.senninha.com.br

CRIADORES DOS PERSONAGENS:
ROGÉRIO M. MARTINS / RIDAULT DIAS JR.

©ASPE. PRODUZIDO SOB LICENÇA DO INSTITUTO AYRTON SENNA.

Fábricas:

Limeira - SP
Av. Sargento Pessoto, 25
CNPJ 61.149.589/0067-05
Rio de Janeiro - RJ
Rua Assis Carneiro, 80
CNPJ 61.149.589/0073-53
Reg MS 5.4556.0004.001-4



7 891910 000197

Manter em local fresco e seco,
longe de produtos químicos
ou odores fortes.

Manter o produto protegido
após a abertura da
embalagem.



Válido até: JULHO/2004

Em 2001 você comprou
açúcar União e contribuiu
com o trabalho do Instituto
Ayrton Senna. Confira!



**Acelera
Brasil**

*"Eu não conseguia aprender.
Meus pais achavam que eu
jamais sairia da segunda série.
Mas aí entrei no Programa e
surpreendi todo mundo! Sou
um dos melhores alunos da
classe!"*

Cristiano, 12 anos

Cristiano fazia parte de um grupo enorme de alunos do ensino fundamental que vive o drama de não avançar na escola. O objetivo do Acelera Brasil é acabar com a repetência e a defasagem entre a idade da criança e a série que ela está cursando. O Programa tem conquistado ótimos resultados: 99% dos alunos atrasados recuperam o tempo perdido e seguem em frente, com sucesso.



• Áreas atingidas pelos projetos do IAS.

O trabalho do Instituto Ayrton Senna, voltado à criação de oportunidades de desenvolvimento humano às novas gerações, já atingiu 977.547 mil crianças e adolescentes de 460 municípios de 24 estados, envolvendo 51.217 educadores.

A Petrobras é igual aos animais que ajuda a preservar.
Não gosta de ficar aparecendo, mas é muito bom saber que ela está ali.



PETROBRAS Ministério de Minas e Energia

Quando alguém fala no Projeto Tamar, que já salvou 5 milhões de filhotes de tartarugas-marinhas, a Petrobras aparece como patrocinadora. Há 21 anos. Quando o assunto é o Projeto Baleia Jubarte, olha lá a Petrobras de novo. São oito anos apoiando a

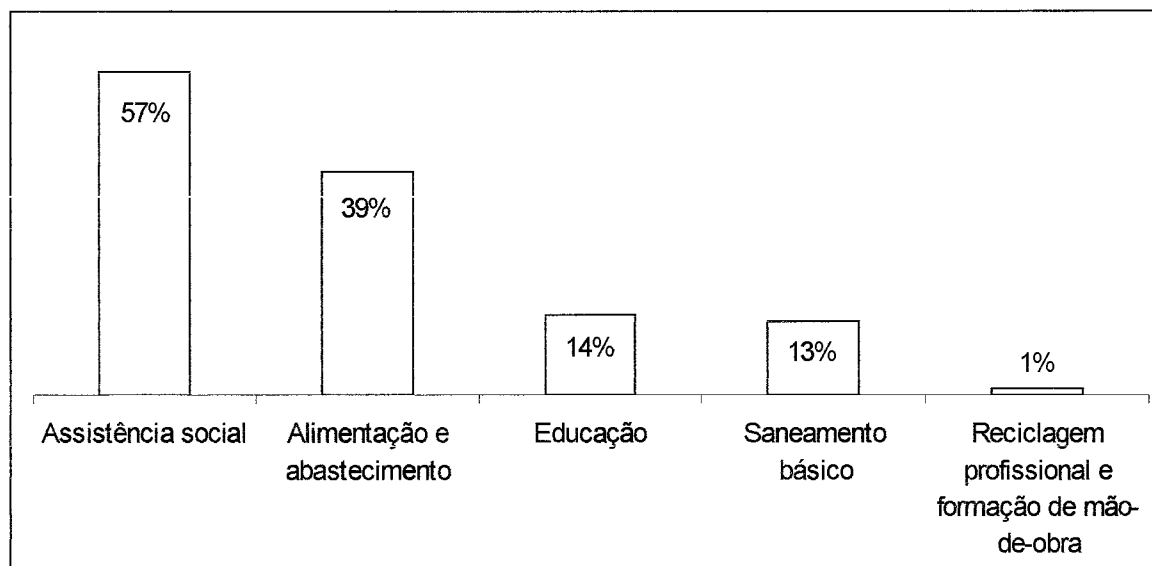
preservação desta espécie. E, desde 1997, aparece como parceira do Projeto Peixe-Boi, ajudando a salvar este mamífero da extinção. Sem falar que nos últimos três anos investiu 1,5 bilhão de dólares em Gestão Ambiental e acaba

de aprovar o investimento de mais 1 bilhão de dólares até 2007. E, agora, vai lançar o maior programa de patrocínios a projetos ambientais já realizado no país. A Petrobras colocou sua marca nestes desafios sem se preocupar muito em

aparecer. Nosso compromisso é com a vida e o meio ambiente. **PETROBRAS. O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA.** Conheça o Programa Petrobras Ambiental. A partir de 5 junho, no site www.petrobras.com.br/patrociniambiental

ANEXO V – FOCO DE ATUAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DAS EMPRESAS

FOCO DE ATUAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DAS EMPRESAS



Fonte: Pesquisa IPEA, 2001.

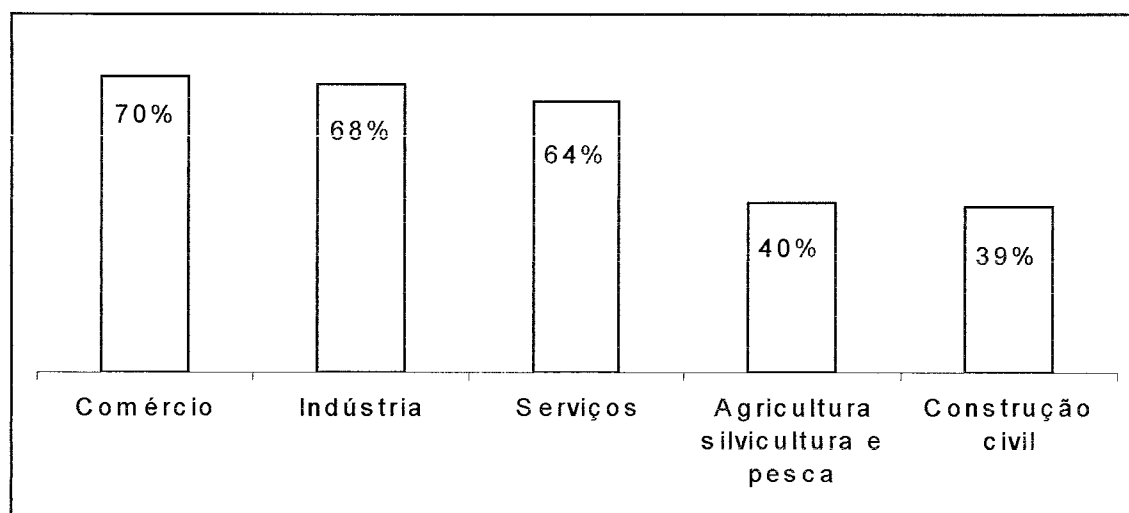
NOTA:

Observa-se o predomínio de ações sociais de caráter assistencialista. Educação, que parecia ser o principal alvo das ações sociais das empresas, está em 3º lugar, abaixo da assistência social e alimentação e abastecimento.

O que certamente tende a crescer a médio e longo prazos é o número de ações sociais e o total de investimentos em reciclagem profissional e formação de mão-de-obra. Esta tendência vai reforçar a migração do padrão de inserção na comunidade, via ações sociais assistencialistas, através de doações de empregabilidade (reciclagem profissional e formação de mão-de-obra) e em empreendedorismo .

**ANEXO VI – ATUAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA EM AÇÕES
SOCIAIS**

ATUAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA EM AÇÕES SOCIAIS



Fonte: Pesquisa IPEA, 2001.

NOTA:

O comércio vem em primeiro lugar, com 70 %, seguido da indústria (68 %), serviços (64 %), agricultura, silvicultura e pesca (40 %) e construção civil (39 %). Tais resultados surpreendem em alguns aspectos. Em primeiro lugar, a superioridade do comércio sobre a indústria, mesmo sendo de apenas 2 % (respectivamente 70 % e 68 %).

O setor industrial, por sua dimensão e características, além dos riscos de danos à comunidade, tem um potencial maior de motivação para a área social, sobretudo, desenvolvimento de ações sociais voltadas para as comunidades que residem em torno das indústrias, do que o comércio. Na prática, no entanto, não é isso que ocorre.

Porém, a expectativa, quando as indústrias se instalam em novos locais, é de que certamente vão buscar maior inserção nas comunidades, o que exigirá maior investimento em ações sociais. Em segundo lugar, surpreende o posicionamento do setor de construção civil, no último lugar do *ranking*, com apenas 39 %. Trata-se de um setor de atividades com grande potencial de realização para o campo social, devido principalmente ao fator de ser intensivo em mão-de-obra e também devido às características e à natureza da mão-de-obra empregada.

ANEXO VII – CRISE NO TERCEIRO SETOR

Em crise, santas casas do Paraná reduzem atendimento a carentes

Instituições filantrópicas devem R\$ 146 milhões e já fecharam 1.070 leitos

OS 85 HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO PARANÁ – entre eles 36 santas casas de misericórdia e irmandades de caridade – fecharam 1.070 leitos nos últimos três anos, o número equivale à soma dos leitos do Hospital de Clínicas e do Cajuru somados, dois dos maiores hospitais de Curitiba. A redução na oferta é o principal reflexo da crise enfrentada por essas instituições, que acumulam cerca de R\$ 146 milhões em dívidas com fornecedores, funcionários, bancos e encargos sociais, segundo informou a diretora da Federação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Beneficentes do Paraná (Femipa), Rosita Márcia Wilner.

O caso mais grave é o da Santa Casa de Paranaguá, a mais antiga do estado, que ameaça suspender o funcionamento da UTI (Unidade de Terapia Intensiva), da Maternidade e os plantões no Pronto Socorro por falta de recursos. A interrupção dos serviços pode acontecer a partir de julho. Por mês, a Santa Casa de Paranaguá atende a 4.500 pessoas no pronto socorro e a 700 com internamentos. Cerca de 99% dos pacientes são atendidos pelo SUS.

Defasagem

Rosita Wilner diz que a crise nas santas casas e demais hospitais beneficentes é nacional. O principal motivo, segundo ela, é a falta de reajustes nos valores dos procedimentos médicos pagos pelo SUS (Sistema Único de Saúde), que representam o grosso do atendimento. "Pela lei, pelo menos 60% da clientela de um hospital de caridade tem de ser do SUS. O problema é que há oito anos o SUS não corrige suas tabelas. Enquanto isso, os custos dos hospitais aumentaram muito. A situação está se tornando insuportável", reclama a diretora. Segundo ela, a defasagem atinge também as tabelas dos convênios médicos, que estão sem reajustes há muito tempo.

Diante da crise, Rosita afirma que os hospitais só estão conseguindo sobreviver por causa de convênios com prefeituras, outros órgãos governamentais e instituições de ensino. "A população procura ajudar, mas hoje poucos têm condições de fazer doações."

Competência

A falta de competência na administração também é apontada como causa da crise das santas casas de misericórdia. Mas, segundo o médico Luiz Sallim Emed, dire-

SAÚDE AGRAVADA



Santa Casa de Paranaguá: instituição de 167 anos enfrenta problemas para manter atendimento.

Paranaguá pode suspender serviço, e Foz, restringi-lo

A Santa Casa de Paranaguá é o maior hospital público do litoral do estado, responsável pelo atendimento mensal de 5.200 pessoas dos vários municípios da região. A crise enfrentada pelo hospital há anos, agora se agravou. O motivo segundo a vereadora Norma Brenzvik do Nascimento, que assumiu provisoriamente a provedoria da instituição, é possibilidade de ser cortada a ajuda financeira dada pela prefeitura.

Os atendimentos na maternidade, na UTI e nos plantões do pronto socorro vêm sendo subsidiados pelo município, mas a prefeitura já enviou uma correspondência anunciando que não terá mais condições de fazer os repasses mensais. "Estamos tentando reverter essa decisão", comenta Norma.

O secretário de Saúde do município, Paulo França, confirma que há limitações financeiras, mas diz que esse não é o único motivo para a suspensão. "O hospital não é bem administrado." Segundo ele, o caso será resolvido na quarta-feira, numa reunião na prefeitura.

Osiris Nascimento Filho, que deixou o cargo de provedor da

Santa Casa na quinta-feira, informa que o subsídio repassado pelo município é de aproximadamente R\$ 350 mil – sem ele, o hospital não funciona, diz. A ajuda mensal de R\$ 50 mil anunciada pelo governo do estado não vai afastar a crise. "Na verdade, nós estamos enfrentando dificuldades financeiras há muito tempo, porque só recebemos dinheiro da prefeitura e do SUS (Sistema Único de Saúde)", reclama Nascimento.

Dívidas

Dívidas da prefeitura de Foz do Iguaçu com a Santa Casa Monseñor Guilherme podem restringir o atendimento ao público a partir desta semana. O hospital cobra R\$ 494,9 mil relativos a reajustes de um débito parcelado pela prefeitura há um ano e meio. O prefeito Sâmias da Silva (PMDB) ameaça suspender a subvenção de R\$ 390 mil por mês caso haja prejuízo nos serviços aos usuários do SUS. O valor cobrado pela administração do hospital refere-se ao contrato assinado em novembro de 2001 para pôr fim à intervenção decretada pelo ex-prefeito Harry Daijó (PPB) em abril de 1998.

Irmandades chegaram com Cabral

As santas casas surgiram no Brasil poucos anos após o descobrimento do país, precedendo, portanto, a própria organização jurídica do estado brasileiro. A primeira irmandade foi fundada em 1543, em Santos (SP), por Braz Cubas.

Paranaguá teve a primeira Santa Casa do Paraná, fundada em 08 de dezembro de 1834. Este também foi o primeiro hospital filantrópico do estado.

Em 167 anos de funcionamento, a Santa Casa de Paranaguá manteve o atendimento médico hospitalar gratuito aos enfermos mais necessitados. Um dos principais fundadores da irmandade em Paranaguá foi o comendador Manoel Correio Júnior. O primeiro provedor foi o tenente coronel Manoel Francisco Correia.

A crise na instituição não é novidade. Desde o início de seu funcionamento, os historiadores relatam uma história de dificuldades financeiras para a construção e manutenção dos serviços.

Em todo o Brasil, logo que foram fundadas, as santas casas passaram a se dedicar ao atendimento aos enfermos. Hoje, segundo a federação que representa a irmandade no país, são 2.500 unidades em todo o território nacional, responsáveis por cerca de 50% dos leitos hospitalares existentes no país, muitas vezes constituindo-se em Centros Regionais de Referência e Excelência Médica.

5.200 pessoas

são atendidas mensalmente na Santa Casa de Paranaguá.

60%

dos pacientes de um hospital de caridade devem ser atendidos pelo SUS.

1543 é o ano

de fundação da primeira santa casa do Brasil.

tor-geral da Santa Casa de Curitiba, que faz parte do sistema de hospitais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), em muitos casos essa crítica não se aplica.

Ele citou o caso da Santa Casa

de Curitiba, que se associou à PUC justamente para recuperar a saúde financeira e garantir a qualidade de atendimento. "Nós fizemos vários ajustes, tornando a estrutura organizacional mais ágil, mesmo assim não conseguimos atingir o

equilíbrio financeiro esperado, porque os valores pagos pelos procedimentos médicos, tanto pelo SUS como pelos convênios, estão muito defasados."

Se a situação não melhorar, o médico disse que muitos hospitais

poderão fechar, o que já vem ocorrendo. "Com isso, a população será prejudicada". Somente a Santa Casa de Curitiba realiza mensalmente mil internamentos e 5.500 atendimentos ambulatoriais.

— ANAÍSA MORAN

ANEXO VIII – INVESTINDO NA EDUCAÇÃO

INVESTINDO NA EDUCAÇÃO

“ONG’s ensinam governos a tornar escola mais atraente

Treinamento especial de professores e aulas criativas, com uso de recursos multimídia, atividades ao ar livre e construção de brinquedos para aprender física e matemática são alguns dos elementos que ONG’s, fundações, institutos e empresas usam para tornar a escola mais atraente. Os exemplos podem ser uma resposta para ajudar a melhorar o desempenho de escolas públicas, considerado fraco, conforme o MEC (Ministério da Educação) detectou pelo Saeb (Sistema Nacional de Educação Básica).

Não há um levantamento oficial da quantidade de programas voltados à educação, mas as entidades se dispõem a trocar experiências. ‘Disponibilizamos nossa metodologia para outras empresas que queiram aplicar nosso projeto de educação’, diz Maurício Bacellar, gerente de comunicação corporativa da Coca-Cola. Vários programas se tornam política pública de educação. É o caso do Se Liga e do Acelera, projetos do Instituto Ayrton Senna, adotados em Estados como Goiás e Pernambuco. Em Vespasiano (MG), o programa Ensino de Qualidade, da Fundação Belgo-Mineira, foi incorporado à rede municipal.

Na Fundação Bradesco, que tem 39 escolas próprias e atende a mais de 105 mil alunos carentes, o índice de evasão escolar geral é de 2,8%. Em 2002, na rede estadual de São Paulo, foi de 2,9% (ensino fundamental) a 8,4% (ensino médio). A diretora técnica da fundação, Ana Luisa Restani, diz que o treinamento de professores é um dos focos. É usada tecnologia para ampliar os resultados há muitas oficinas feitas pela internet para atingir locais tão distantes como Macapá (AP) e Bagé (RS). Também há aulas diferentes, que tentam cativar mais os alunos: educação ambiental, coral, música, teatro e pintura. Além disso, os estudantes têm assistência médica, tratamento odontológico, alimentação, material didático e uniforme. Segundo Restani, o projeto da Fundação Bradesco se diferencia de outros porque sua atuação na área é permanente iniciou-se nos anos 60 e não provisória, o que se reflete nos resultados. "Temos alunos interessados e índices de frequência significativos."

O projeto Escola na Praça, da Cidade Escola Aprendiz, usa espaços públicos no bairro de Pinheiros (zona oeste de São Paulo) para dar aulas. Numa praça, alunos têm disciplinas alternativas, como cinema, pintura e música. Segundo especialistas, boas idéias para a educação têm de ser reproduzíveis em larga escala como políticas públicas, caso contrário perdem muito de sua utilidade. "Um belo projeto de educação feito no microcosmo não passa de um belo projeto. Tem de ter ambição", diz Judi Cavalcante, diretor-executivo-adjunto do Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), que lançou o "Guia Gife sobre Investimento Social Privado em Educação". Por outro lado, programas que funcionaram numa realidade não devem ser transplantados automaticamente para outra.

(Folha de S. Paulo - 21/05/03) "

Fonte: www.filantropia.com.br, 16/06/2003.

ANEXO IX – DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?

DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?

NATURA/ABRINQ – “PROJETO ‘CRER PARA VER’ PARCERIA POR UM PAÍS POSSÍVEL

O propósito do Programa Crer Para Ver, de contribuir para a melhoria da escola pública, é pautado em pressupostos como o direito universal à educação gratuita e de qualidade e a escola pública como lugar privilegiado para o processo educativo. Mas existe ainda uma outra convicção que permeia todas as ações do Programa. A de que toda a mudança que se espera com relação à educação no Brasil só será possível com um comprometimento de todos os agentes nela envolvidos. Isso passa, necessariamente, não só pela escola, mas também pelo seu entorno e mais: por quem quer que deseje um país mais igualitário e justo em sua distribuição de renda e de conhecimento.

O Programa foi concebido mais como um movimento pela educação brasileira do que como um suporte para ações isoladas que possam favorecer esta ou aquela realidade - ainda que isso também aconteça. Estabelecido numa relação de parceria entre empresa privada e instituição sem fins lucrativos, no caso a Natura e a Fundação Abrinq, o Crer Para Ver sai em busca de sinergias que são catalisadoras de efeitos e resultados. A Fundação Abrinq, com sua experiência em influenciar e consolidar ações de intervenção social, em seu papel articulador e mobilizador da sociedade, e a Natura, ao disponibilizar seus recursos, conhecimentos de gestão e capacidade de movimentar idéias.

Das comunidades vêm os projetos, gestados e geridos por uma ação de cidadania: ONG's, associações de base, de pais e mestres, entre outras, preocupadas em intervir na realidade local. O alvo é a educação, alicerce de qualquer democracia possível. O processo educativo transpõe, portanto, os muros da escola. E, abertos os portões, são muitos os conteúdos que por ali transitam, evidenciando o aspecto da riqueza e diversidade que as comunidades têm a oferecer, somando sempre ao currículo tradicional e ampliando as possibilidades de tornar a escola um espaço mais atraente e prazeroso.”

Fonte: <http://www.fundabrinq.org.br/crerparaver/informativo/Informal1c.htm>, 26/05/03.

ANEXO X – OPORTUNIDADES DE EMPREGO NO TERCEIRO SETOR

OPORTUNIDADES DE EMPREGO NO TERCEIRO SETOR

“Ajudar pessoas e comunidades carentes a viver melhor e ainda conseguir um bom salário por isso! Há dois anos parecia impossível, mas hoje o chamado Terceiro Setor já emprega 1,2 milhões de pessoas, em organizações não governamentais e fundações em todo o país. E até o setor privado resolveu investir nesse filão, como mostra a repórter Monalisa Perrone.

Eles são advogados, médicos, jornalistas, economistas, psicólogos, relações públicas, professores, operadores do mercado financeiro. Gente com perfil bem diferente, mas com propósito em comum: voltar à sala de aula para conseguir entrar numa área nova, cheia de oportunidades. O interesse pelo Terceiro Setor cresceu tanto que agora as universidades estão criando cursos específicos. Essa é a primeira turma de pós-graduação do país. Aqui, os alunos aprendem a se profissionalizar para uma área que já é considerada como uma das mais promissoras num futuro bem próximo.

“O Terceiro Setor está exigindo profissionais tão qualificados quanto o privado”, aponta Kátia Reis, coordenadora de cursos do Terceiro Setor. Até bem pouco tempo, o Terceiro Setor ficava restrito às organizações não governamentais, fundações e entidades sem fins lucrativos que faziam o trabalho voluntário. Agora chegou às empresas.

Márcia largou seis anos de marketing financeiro para implantar o novo departamento de responsabilidade social numa das maiores operadoras de TV a cabo do país. “Eu sempre gostei de ajudar as pessoas, aí o estalo foi: será que eu não posso? Concilio o voluntariado com a minha experiência em marketing”, revela Márcia Alexandre, coordenadora de Depto de Responsabilidade Social. O chamado Terceiro Setor movimenta 1 trilhão de dólares por ano no mundo. E no Brasil a cifra também chama atenção: onze bilhões de reais a cada doze meses.

“Existe uma atenção com o setor que na minha opinião cresce numa velocidade geométrica. Se é um assunto que começou pela grande empresa, rapidamente vai ser disseminado pela pequena e média”, pondera Horácio Lafer Piva, presidente da Fiesp”.

Fonte: <http://jornalnacional.globo.com/semana>, 26/05/2003.

“Um setor da sociedade civil, que não é nem governo nem iniciativa privada, está abrindo milhares de oportunidades de trabalho a cada ano. São organizações dedicadas, na maioria, a ajudar pessoas carentes.

Jorge e Cláudia trabalham juntos. Atuam na linha de frente de uma organização não-governamental que ajuda crianças e adolescentes em situação de risco. Mas o psicólogo e a assistente social não estão na organização só por idealismo. São funcionários contratados.

"Se você é um profissional você precisa ser pago pelo teu trabalho", diz o psicólogo, Jorge Nascimento. Exemplos assim têm ajudado a mudar a visão do chamado terceiro setor. No Brasil, 250 mil entidades, que não são nem governo, nem empresas privadas. Além das ONG's, universidades, fundações, e os diversos tipos de associações civis de interesse coletivo.

"O perfil de um profissional que as empresas buscam, as ONG's também buscam. Tem um outro elemento que a gente leva muito em conta que é a motivação do profissional", explica a editora Graciela Selaimen. Foi o que levou o ex-empresário Ricardo Schneider a dar uma guinada na vida. Sócio de uma firma de tecnologia, Ricardo virou coordenador de uma ONG que apresenta aos jovens entre 10 e 18 anos o mundo da informática. No início, ele só queria contribuir socialmente. Mas hoje..."A sensação de realização é muito grande, vai muito além de questão financeira", conta.

A propaganda boca-a-boca ajuda a abrir as portas do terceiro setor. Leonardo de Faria é publicitário, graças a uma amiga soube da vaga na rádio de uma ONG. "Acho uma iniciativa totalmente válida hoje em dia".

De acordo com uma pesquisa recente, existem hoje no Brasil 70 mil organizações não-governamentais. Mas com relação ao número de empregados nessas organizações não existem dados precisos. O que parece certo é que muitos dos que hoje são funcionários começaram como voluntários ou então beneficiados pelos programas das ONG's.

Cristiane Martins trocou a área financeira de uma multinacional pela prestação voluntária de serviços numa ONG que atende crianças de famílias pobres. Hoje, contratada, gerência a produção de artigos feitos pelas mães. "Eu consegui juntar o meu trabalho, o que eu sei fazer com a minha gratificação pessoal", comemora. Dona

Deusa tem a mesma sensação. Ela viveu momentos difíceis depois da cirurgia de um filho. Recebeu assistência de uma ONG. Aos poucos, começou a fazer pequenos serviços. Daí até ser contratada foi um pulo. "É aqui que a gente vê a realidade da vida. Tô muito feliz mesmo. Não troco meu serviço por nada dessa vida", afirma.

Fonte: <http://jornalnacional.globo.com/semana>, 26/05/2003.

Ofertas de emprego:

Professor de Educação Física

Fundação Gol de Letra

“A Fundação Gol de Letra, com sede em São Paulo, está selecionando um professor de Educação Física para seu Programa de Formação de Agentes Comunitários. Os candidatos devem ser formados em Educação Física, ter experiência em projetos sociais e na formação de jovens de 15 a 21 anos, ser comunicativo e ter iniciativa e conhecimento específico em pelo menos uma modalidade esportiva (handebol, futsal, vôlei, capoeira, tênis, basquete etc.). Os currículos devem ser enviados para o e-mail goldeletra@uol.com.br.”

Captador de Recursos

“Organização do terceiro setor de São Paulo, atuante na área de saúde, está selecionando um profissional com experiência em captação de recursos para projetos sociais. Os candidatos devem possuir excelente redação, formação superior, conhecimento da legislação relacionada ao terceiro setor, habilidades de relacionamento interpessoal e prazer em trabalhar em equipe. É desejável formação principal ou complementar em Marketing. Entre as atividades que serão de responsabilidade do profissional estão elaboração, implantação e monitoramento de projetos, planejamento e condução de campanhas de captação de recursos, organização de eventos, gerenciamento de banco de relacionamentos e coordenação da comunicação institucional. Os interessados devem encaminhar currículo com remuneração atual e pretendida para o e-mail recursos@osite.com.br até o dia 12 de junho.”

Consultor Administrativo-Financeiro

Associação Mundaréu

“A Associação Mundaréu, organização sem fins lucrativos de São Paulo que desenvolve projeto de apoio à produção e comercialização de peças artesanais visando à inclusão social e à geração de renda para comunidades populares, está buscando um profissional formado em Administração de Empresas ou Economia para consultoria administrativo-financeira. Os candidatos devem ter experiência profissional de pelo menos 10 anos e conhecimento da legislação de organizações sem fins lucrativos (inclusive Oscip). Entre as atividades de responsabilidade do profissional estão gestão orçamentária, relatórios financeiros, supervisão de auxiliar administrativo para controle bancário, controle de contas a pagar e receber, controle de estoque e controle de notas fiscais. Os currículos, com carta de apresentação, deve ser enviados para Isabel Fernandes pelo e-mail belfernandes@uol.com.br.”

Coordenador

Fundação Gol de Letra

“A Fundação Gol de Letra, com sede em São Paulo, está selecionando um coordenador para seu Programa de Formação de Agentes Comunitários. O profissional dedicará 20 horas semanais à atividade. Os candidatos devem ser formados em Educação Física, ter conhecimentos nas áreas de esporte, lazer e educação e experiência consolidada na capacitação de jovens de 15 a 21 anos e em projetos sociais. Os currículos devem ser enviados para o e-mail goldeletra@uol.com.br.”

Fonte: <http://www.gife.org.br/empregos.asp>, 11/06/03.

ANEXO XI – “FOME ZERO”, ATÉ QUANDO?

Fome Zero, eficiência também

JOSÉ PIO MARTINS – e-mail: pio@unicenp.br

“Dê a um homem um peixe e você o alimentará por um dia.
Ensine-o a pescar e você o alimentará por toda a vida.”
Confúcio, 551 a.C.

Para começo de conversa, ninguém com um mínimo de sensibilidade pode ser contra a prioridade à eliminação da miséria. Segundo, decepções têm sido os resultados dos programas governamentais destinados a eliminar a pobreza. Estudos do Banco Mundial fazem severas críticas aos programas gerenciados pelos governos, sobretudo nos países do Terceiro Mundo. Em alguns casos, do dinheiro aplicado no programa apenas 20% chegam ao destinatário final. Quando o presidente Sarney instituiu o PAG (Plano de Ação Governamental), estava lá escrito: para dar um litro de leite ao pobre o governo gastava quatro litros. Ou seja, a burocracia estatal de operação do programa comia 80% dos recursos.

O economista Rafael Jordão, numa avaliação crítica do tema, lista três aspectos verificados pela experiência histórica: o primeiro, com respeito à natureza humana, mostra que a pobreza só é eliminada, em caráter definitivo, quando as pessoas ajudam a si mesmas; o segundo indica que a erradicação da miséria depende diretamente de crescimento econômico; o terceiro ponto, presente na experiência mundial, conclui que nenhum programa governamental, até hoje, eliminou a pobreza. Uma questão que emerge desses programas é que, além de serem gerenciados com alta ineficiência pelos governos, eles nunca conseguem ser sistemáticos e contínuos. Ressalte-se que a ineficiência não é fruto apenas da incompetência estatal. Ela decorre, também, dos enormes problemas logísticos, sobretudo num país continental.

Todo e qualquer programa de erradicação da pobreza só pode ter futuro se tiver como eixo central a educação e o trabalho. Conquanto se possa defender um plano que imediatamente dê comida a quem não come, a única forma de sair definitivamente da subnutrição é vinculando a distribuição de alimentos à obrigatoriedade de o beneficiado ligar-se a algum programa de educação. O presidente Roosevelt alertava, há 70 anos, para o fato de que “a dependência continuada de ajuda induz a uma desintegração moral e espiritual do cidadão e fundamentalmente da fibra da nação”. A “esmola” tem de ser, necessariamente, temporária. Seja porque nenhuma sociedade consegue passar a vida toda distribuindo comida, seja porque o desperdício é inevitável, seja porque não é isso que se espera de um projeto de prosperidade. Está claro que o Estado deve proteger os incapazes (as crianças), os inválidos (os incapacitados para o trabalho) e os irresponsáveis (os loucos e os dementes). Porém, um cidadão que não se encai-

xa em nenhuma dessas categorias precisa de educação e oportunidade. Ao direito à liberdade deve corresponder o princípio da responsabilidade individual. O governo pode ser a “mão estendida” no início da jornada, mas ele não pode e não deve ser o tutor eterno de pessoas sãs e capazes de ajudarem-se a si próprias.

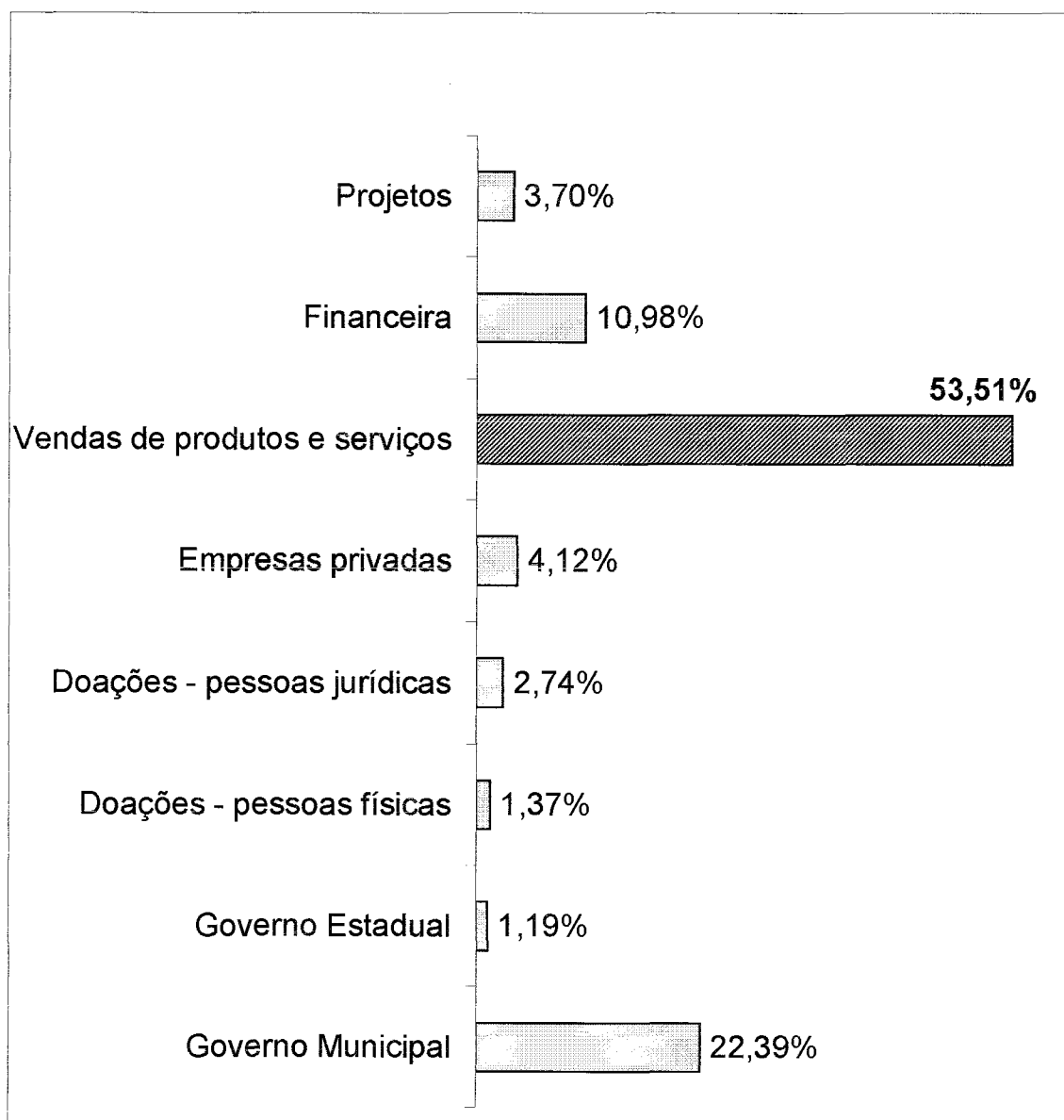
Outro problema típico desses programas paternalistas é que eles se prestam a verdadeiros palanques para os piores interesses eleitorais. Carreiras políticas são construídas em cima da miséria do povo. Além disso, a miséria do povo já serviu para enriquecer muita gente, pois raro é o programa social que não apresente brecha para a corrupção. Aliás, falar disso no Brasil é redundância. Basta assistir aos noticiários de televisão para ver os escândalos e desvio de dinheiro público destinado aos projetos sociais. Muitos dos que pregam a distribuição do bolo querem mesmo é o controle da faca...

Uma pergunta que os políticos deveriam estar se fazendo é a seguinte: se o crescimento econômico é a melhor saída para a eliminação da miséria, qual deve ser a atuação do governo para alcançar esse objetivo? Há, pelo menos, três pragas que impedem o crescimento: a) a inflação, produto exclusivamente governamental; b) o ambiente institucional, aí incluído o deficiente funcionamento do sistema judicial; c) a excessiva e distorcida carga tributária. Todos esses problemas são genuinamente estatais, sem contar outros que são, igualmente, inibidores dos investimentos, a exemplo da péssima legislação trabalhista e dos entraves burocráticos. Mudar o ambiente institucional deveria ser o principal trabalho dos políticos.

A fome de um homem pode ser curada pela solidariedade. A fome de um povo só se cura pela eficiência... sobretudo, pela eficiência que conduz ao crescimento econômico. Quanto ao Fome Zero, é um programa que deve ir adiante, mas não esperamos dele que seja eficiente na aplicação do dinheiro público e que seja uma solução estrutural para a miséria. Lamentável será se os políticos não criarem os mecanismos para que os beneficiários se obriguem a manter os filhos na escola e se submetam, eles próprios, a algum processo educacional. O perigo está em o programa criar, para alguma parcela da população, o hábito da esmola que, quando tirada, devolverá todos à sarjeta.

✶ JOSÉ PIO MARTINS, ECONOMISTA, PROFESSOR, VICE-REITOR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO POSITIVO.

ANEXO XII – QUADRO 01: ORÇAMENTO ANUAL DA ASSOMA

QUADRO 01: ORÇAMENTO ANUAL DA ASSOMA

Fonte: Dados da própria instituição, obtidos em 15 de Julho de 2003.

**ANEXO XIII – ENTREVISTA CONCEDIDA PELA COORDENADORA DA
ASSOMA EM 24.SET.2003**

ENTREVISTA CONCEDIDA PELA COORDENADORA DA ASSOMA EM 24.SET.2003.**A ASSOMA tem parceiros? Quais são?**

“Sim. Da iniciativa privada, do poder público, municipal e estadual e com pessoas físicas... e com outras ONG's e instituições como o Rotary e Lion.”

Existe algum tipo de critérios exigidos pelo governo para que a instituição receba os recursos? Quais são esses critérios? Esses critérios de alguma forma interferem nos propósitos da instituição?

“Sim, o nosso convênio de cooperação financeira é com a prefeitura municipal através da secretária da criança, que não é mais e da FAS; que hoje é junto com a FAS e que subsidiada a alimentação e os demais que nós poderíamos dizer que são parceiros, que são... Que o Estado por exemplo fornece um profissional, que é um policial, que faz o aprendizado ali com as crianças, que faz o ensino, para o aprendizado de música e o poder público ainda, mais o municipal, cede pessoal. Eu sou funcionária da prefeitura por exemplo, os professores todos são funcionários da prefeitura. A dona P.A. (educadora), lá da cozinha que é cozinheira, também é funcionária da prefeitura, então a prefeitura ainda... além disso ela paga água e a luz da ASSOMA.”

Então além dos recursos, ainda cede funcionários...

“Cede funcionários, alguns, e ainda paga a luz e a água, compra os nossos produtos da padaria e o Estado da lavanderia, também compra serviços.”

E essa parceria interfere dentro da ASSOMA?

“Não, não interfere. Temos a nossa... os nossos objetivos, a nossa missão e o fato de sermos parceiros não interfere no andamento e nem nas definições. Nem nas decisões, nem... de forma política nenhuma aqui. Nem partidária, nem ideológica.”

A ASSOMA recebe doações? De que tipo? Como a instituição gestiona estes recursos?

“Sim. Alimentos, brinquedos é... prestação de serviços não. Doações é... seria mais a nível de serviços é... colaboração como trabalho por exemplo, através dos trabalhos voluntários, que a gente tem, e ... na parte de alimentação, de roupas, de calçados, brinquedos. Então essas que são... ou mesmo imobiliário, alguma coisa que a gente tem. Cadeira a gente ganha, a gente nunca comprou, né? Até computadores nós já ganhamos.”

Como a instituição gestiona estes recursos?

“Bem, então quanto a alimentação, automaticamente vai ver a forma de armazenamento, a forma de consumo e roupa por exemplo, roupa de criança, de adulto e tal, é... é separado, lavado primeiro, separado e depois é colocado num bazar que a gente faz de vez em quando, né? Assim, não tem uma data definida, mas já *tá* meio pensado alguma coisa agora, num próximo bazar. E também, esse mesmo tipo de doação é... nós temos um... parece um banco, né? Porque daí a gente deixa uma reserva para as nossas crianças aqui dentro, dia de chuva, quando ele *tá* mesmo... não *tá* em condições mais. Que a gente vai, faz a visita na casa e daí percebe que é uma criança que *tá* precisando, ou que constantemente nós temos que estar, distribuindo roupas, dando roupas *pra* ele. Então... porque não são todas as nossas crianças, você conhece né? Agora você já aprendeu a conhecer, aí você viu que nós temos crianças que até tem uma condição um pouquinho melhorzinha, né, mas tem uns que é muito precário. Então esses bem precário que a gente cuida de tudo. Cuida da casa deles lá e deles aqui também. Agora mesmo a assistente social *tá* em fase de visita domiciliar.”

O que fazem nessas visitas?

“Olha, tem *Ns* interesses na visita, né? Não é nem só de diagnóstico, mas é de trabalho mesmo, de interferência. Porque a nossa proposta da ASSOMA que você vai ver ali (ESTATUTO DA ASSOMA) de socialização, de ambientalização dessa criança, de que ela tenha uma cidadania, é que se ela vem para nós ... essa criança vem porque a situação de risco na família é grave, e tal, e por isso então há uma interferência da vara da infância, do SOS, do resgate, do conselho tutelar para que, em ela vindo para o programa, ela estaria numa segurança melhor, uma condição humana e de vida melhor.

Mas essa família tem que se reorganizar, porque há uma tendência e há uma proposta, a criança ingressa sabendo que ela tem que ter uma alta. Damos esse apoio, vem essa cobrança, vem essa visita, esse acompanhamento. Esse monitoramento é feito através das visitas *pra* que ela se organize, *pra* que ela possa receber a criança novamente numa condição de tocar a vida. Agora, eu posso dizer que.. é um processo moroso e que às vezes a gente percebe que... que tem alguns avanços, mas mais retrocessos, né? Então, tem criança que parece que... ou família que parece que não vai se resolver, porque ela vai continuar a ser catador de papel, ou porque ela tem uma situação muito grave de envolvimento com o tráfico, com droga ou prostituição, com crime ou crime organizado, ou crime mesmo, ela mesma tá.... Nós temos casos em que ela cumpre pena e daí a vó, irmã, parente cuida, dessa criança. A maioria ficam também com os avós, os que são catadores de papel tem envolvimento com álcool e drogas às vezes. Então a vida deles é muito precária, sempre , e é claro que a gente tem situações de progresso, é evidente que também tem aqueles casos que a gente trabalha, trabalha, trabalha e não enxerga a possibilidade de uma melhora. É mais ou menos isso.”

Existe algum critério *pra* seleção das crianças?

“Você tem que perceber , assim Cristiane, que essa criança *tá* de manhã na oficina, almoça e vai embora, vai *pra* uma escola, tanto do Estado ou como da prefeitura, ela *tá* fazendo 5^a/8^a. Nenhuma criança que *tá* no projeto com a gente pode estar fora da sala de aula. É a condição, né, *pra* que ela esteja conosco. E as que vem *pra* tarde, elas vieram de uma escola. Foram para uma escola de manhã, vem para o banho, tomam banho, almoçam e ficam *pra* tarde. E esse grupo que estuda com a gente de manhã, você viu as salas de aula, então, estudam de manhã e ficam compondo o número... a estatística da tarde. Eles são 86 crianças da escola, de pré a 4^a. Então esses aí , parte de 150 a gente tem a tarde, são 86 que estavam de manhã como sala de aula e o restante das oficinas compõem outro tanto. Você perguntava *pra* gente como é o ingresso? Há uma procura espontânea. Porque a vizinha tem, porque... tem uma procura espontânea, mas grande parte das nossas vagas são reservadas e colocadas pelo conselho tutelar, pela vara da infância. Da mesma forma são os nossos ex-abrigos. Além, da proposta específica aqui da ASSOMA de assistência social e de educação formal, a ASSOMA

tem uma proposta de abrigamentos, também. A ASSOMA é dona de 10 casas de abrigo. Só que ela só administra 2. Uma de meninos e uma de meninas. Uma aqui no Uberaba que é das meninas e uma lá na Vila Isabel que é dos meninos. Mas essas mesmas crianças que estão abrigadas, estão numa escola e aqui com a gente e daí... Então, vem na oficina *pra* gente e vai *pra* escola perto lá da casa de apoio, é... no período contrário né? Então os abrigos, são assim. Então, você percebe que ela tem uma proposta de educação formal, que você vai ver ali (ESTATUTO DA ASSOMA). Educação formal é através da escola Desembargador Cunha Pereira de pré a 4ª série, totalmente organizada, é inserida no processo e na rede pública de ensino e o programa de assistência social, você viu, nós temos inclusive convênio com a..., um convênio não, um projeto de extensão universitária com o curso de odontologia da PUC. Então, na área de saúde eles recebem todo tipo de assistência, de encaminhamento, remédio. Além da assistência direta aqui, nós temos os conveniados como Pequeno Príncipe, posto de saúde que atende direto as crianças nossas, a vacinação então, existe um trabalho preventivo na área de saúde, assistência social, que seria essa questão de você estar amparando eles numa situação de cunho vital. A providência de documentação, tanto escolar dele, como pessoal. Que isso é uma questão de cidadania, dele existir, dele estar localizado, e tal... E a situação escolar que é extremamente importante, que normalmente tem problema e também a questão aí, da proposta de iniciação para o trabalho, que são as oficinas. Aonde ele tem uma noção do que seria um trabalho e tal... para que depois eles possam se definir, ou fazer um projeto de vida, ou até aproveitar ao longo da vida algum tipo de aprendizagem que ele teve aqui. Aprender lá a pregar um botão, aprendeu a passar roupa, aprendeu a limpar o jardim, aprendeu... né? Aprendeu a cozinha, a fazer comida.”

Serve então, para tentar encaminhar para o mercado de trabalho?

“Sim. Ele tem uma proposta de iniciação para o trabalho, *pra* que se ele quiser uma opção depois ele vai se capacitar e aprimorar nessa área. Mas também, no sentido de vida, por isso que essa proposta de desenvolvimento integral... Você viu que a gente investe muito em esporte. Investe bastante, tanto que é... muito bom nossa parceria dentro da ASSOMA com o curso de vocês, isso já tem 2 anos. A professora Regina já

fez uma avaliação, nós já temos resultados muito bons, pontuais do trabalho dos jogos cooperativos, é... Além disso, você vê que nós temos todo um ... envolvimento também com a comunidade, porque o J.L. (educador) participa de todos os jogos da comunidade e mesmo que a SMEL oferece, tanto a nível regional, como a nível de cidade. Se ele puder participar a nível de cidade ele participa, dos jogos colegiais, na área de artes a gente investe bastante, música, que você viu. Porque particularmente eu acredito muito que a recuperação dessa criança passa pela questão do esporte, é... da música e das artes. Eu acho que é por aí. Porque escola, Cristiane, pode ter certeza que não é muito do gosto deles, sabe? Você tem visto também, que a gente tem investido muito em trabalhos paralelos de educação integral, de construção de identidade, de sociabilização, também a gente *tá* preocupado com o conhecimento, por isso então também, tem investido muito em projetos pontuais, assim como o projeto de autobiografia. Junto com estudantes da PUC, a gente faz um trabalho com um grupo de adolescentes, onde eles tem... tem uma... não é uma terapia, mas tem um encontro. É uma trabalho de grupo, onde essas crianças, toda semana, trabalham a questão da auto-estima, da autobiografia. É.. a gente também tem parceria com os projetos da prefeitura, onde ela trabalha muito a questão do ___?___ juvenil, que depois reproduz aqui dentro, que é isso que essa semana já *tá* tocando e parece que vai até umas três semanas, dentro de uma proposta do “Agente Jovem”. Isso para os adolescentes. Então, agora estão colocando também uma proposta dentro de um processo maior, que seria uma cultura de paz, para que a gente esteja trabalhando muito com as crianças a questão das coisas que valorizam a vida, as coisas que enriquecem a vida, todas as coisas que entristecem ou trazem prejuízo a vida. Isso bem dentro de uma proposta de valores humanos. Tem projetos de ecologia, que você tem visto, é... Além da separação do lixo, toda essa educação ecológica que é feita. Tem um projeto que a gente faz, desenvolvendo a uns 2/3 meses, em parceria com o Ibama, com a Petrobrás . A ASSOMA foi credenciada *pra* desenvolver esse projeto dentro de uma proposta de ‘Águas limpas, sempre limpas’. Tanto que a gente levou eles no Domingo agora, toda a escola levou eles assistirem procura-se Nemo, ‘Procurando Nemo’, que é esse filme que *tá* passando agora. Porque faz parte do nosso projeto de ecologia. As crianças choraram, é um filme muito bonito e ele trabalha toda a questão

da fauna, ele trabalha um monte de coisa. Tem muitas mensagens esse filme, é muito apropriado *pra* todos. Amanhã, eles estão indo no museu de arte natural, que tem um processo de visita monitorada, tem educação ambiental, por causa da semana da arte, e tal. Então as datas comemorativas... sexta-feira a gente já fez um teatro, umas atividades aí em comemoração ao dia da árvore e a semana da primavera, início da primavera, né? Então, você vem observando que a gente tem as datas comemorativas, tem também... que mais que eu podia te dizer.... Eu acho que em termos gerais de trabalho da ASSOMA é bem amplo. Sem contar, que daí a criança não é responsável pela produção, que nós temos aqui, né? Mas , essa produção que você vê, a panificadora e a lavanderia são as 2 oficinas que dão uma forma de sustentabilidade *pra* ação financeira, né? Que nós vendemos os produtos. Então aqui a gente tem expediente 24 horas na panificadora, tem um funcionário da noite que você nem conhece. Então... é...mas hoje em dia você vai entender essa questão, que o terceiro setor precisa de um negócio. Que você vai perceber também que é muito grande.... a maioria das instituições trabalham na sua capacidade, como é o nosso caso. Nós temos capacidade de 360, temos 300. AS subvenções são sempre muito precárias, porque por incrível que pareça, e eu não posso esconder isso de você, que o percapita *pra* alimentação *pra* nós aqui é de 23 reais por mês, *pra* cada criança. E nós damos café da manhã, almoço e o lanche da tarde. A ASSOMA, além desses benefícios todos que eu acabei de te citar, um *chek list* imenso né, ela dá o passe escolar que você conhece através do cartão magnético, com 50 créditos. A cada 25 dias nós recarregamos *pra* que a criança possa ir e vir. Isso é a ASSOMA que mantém. Nós damos uma bolsa auxílio de 56 reais que sai amanhã. Todo dia 20, dia vinte e pouco sai. Acima de qualquer valor que você esteja vendo que esse governo paga, em termos de bolsa, né? Você viu lá 47 reais, não sei o que. Isso que, inclusive é uma coisa que nos entristece, pois ela *tá* congelada faz uns 3/4 anos. Até mais. Imagine de quanto que era essa bolsa. Que a proposta sempre foi você estar remunerando, ou dando uma forma de auxiliar essa família. Porque essa proposta de bolsa auxílio é *pra* substituir o ganho de rua, é *pra* que a mãe não leve mesmo. Não tenha nenhuma justificativa de dizer que essa criança tem que ficar na rua, ou que não vai *pra* escola, ou que não vem no projeto como o nosso. Então, por isso essa criança recebe essa bolsa auxílio. E veja, Cristiane,

como foram inteligentes essas pessoas que montaram, que elaboraram, que fizeram o projeto da ASSOMA. Porque a bolsa auxílio existe desde 87 e... sempre foi uma forma de renda mínima, sempre foi um substituto do ganho de rua. Então, imagine como foram inteligentes estas pessoas que lá em 87 pensaram nisso. Então, eu hoje, quando vejo essa discussão de renda mínima, e tal, eu digo 'puxa vida', eu acho que Curitiba e a ASSOMA, principalmente a ASSOMA, não digo Curitiba, mas a ASSOMA esteve na frente a muitos anos, está na frente a muitos anos. Então há de se tirar o chapéu *pra* uma proposta como essa. Apesar de eu ser suspeita *pra* falar, sou extremamente apaixonada por essa escola, ... e a equipe né? O pessoal todo pensa assim e trabalha assim e faz um trabalho assim. De qualquer forma é... em termos educacionais há que se pensar mesmo né? Você viu que é uma proposta que através da iniciação do trabalho, e tal, a criança aprende fazendo. Também existe a possibilidade de você estar comercializando essa venda e é possível se a gente quiser começar... Vocês comprem pão de vez em quando, podem levar uma verdura, você pode levar um artesanato, você pode... né? Então imagine, que ele foi um trabalho pioneiro com meninos de rua, e hoje ele tem mais um caráter, não tanto de rua, é mais uma situação de risco, mais... Porque também Curitiba mudou, também não é mais como era em 87, que eles eram moradores, eles moravam a 15, a 9/10 anos na rua. E hoje já não tem mais, a criança que vai *pra* rua hoje, amanhã, no mais tardar depois de amanhã, ela vai estar sendo abordada... que existe uma... um monitoramento, uma vigilância direta da secretária de... da criança através do SOS, do resgate social. Então, é muito diferente de hoje. Nós continuamos priorizando, você vai ver no nosso estatuto, priorizamos o menino de rua, a criança de rua, mas ela não é da mesma forma de quando ela nasceu (COM RELAÇÃO A INSTITUIÇÃO), felizmente eu acho, acho que isso foi um avanço. Eu tenho quase certeza que começou porque a ASSOMA foi pioneira, ela também serviu de fonte, e quase todo mundo bebeu dessa fonte *pra* aprender como é que se fazia esse trabalho com crianças de rua. E Curitiba tem outros programas parecidos, e a gente tem conseguido fazer frente a esse trabalho, não que a gente tenha resolvido, porque eu não posso considerar, eu acho que não existe muita criança que *tá* lá. Mas acontece muito, também Cristiane, da nossa mesma criança... hoje mesmo a secretária escolar me falava que tem um menino que não está vindo a 2 semanas. A gente já passou *pro*

serviço social, que ele ainda não pode ver, mas a gente já soube e já viram ele na rua. Porque há o retorno, há as recaídas. Ele tem uma... tem de vez em quando essa questão mesmo, né?”

Com relação a bolsa auxílio, todos ganham a mesma coisa?

“Sim. Menos as crianças de 6 anos, a partir dos 7 ele já tem direito. É claro que ela *pra* ter direito, ela vai ter que estar frequentando a sala de aula, é... existe um acompanhamento pedagógico do... aprendizado em sala de aula. Que isso quem faz, preenche essa avaliação, são os professores e as supervisoras das escolas que eles estudam e as nossas aqui fazem o mesmo. E também esse mesmo procedimento na oficina e contam também todas as atividades que eles participam aqui, as de vocês no pátio, na área de esporte, na hora da recreação, na hora da informática, tudo.”

Então a criança é avaliada nesse conjunto e daí...

“É avaliada nesse conjunto...sempre a gente tem procurado, além do que a gente oferta aqui, a gente tem procurado e tem vários parceiros que nos ajudam, nos oferecem cursos profissionalizantes daí *pra* eles. Para que ele já vá se preparando para o mercado de trabalho, né?”

E caso a criança falte ou não venha, ela deixa de receber essa bolsa, por exemplo?

“ Sim, mas aí veja bem, num caso como esse, todos os casos a gente primeiro faz a abordagem né? Até *pra* saber se é um abandono, ou se é uma evasão temporária, se é alguma coisa. Aí, caso seja realmente, que não *tá* mais aqui, há um desligamento, mas sempre existe o compromisso da família *pra* que ela faça o desligamento quando realmente.... Porque a família é livre, a medida.... não tão livre assim, por causa que há uma indicação da vara da infância, do conselho, então principalmente....por exemplo esse caso não é caso de que a família não queira mais pôr aqui, sabe? Por isso não é o caso... nós temos realmente que ir atrás, né? Nós comunicamos o conselho tutelar *pra* que eles nos ajudem a fazer a abordagem, né? E principalmente, verificar se ele ainda mora no mesmo lugar e aonde que está, a procura dele, *pra* que a gente então perceba.

Porque a maioria das vezes não cessou o risco. Tanto pessoal, como social dele de risco não cessou e então é evidente que às vezes até aumenta o risco. Se vai *pra* rua, se esta abandonado, se não tem ninguém cuidando. Porque acontece..., já aconteceu, de crianças assim que depois de uma semana ou mais do que isso, de a gente descobrir que a mãe estava presa e eles eram todos pequenos e estavam sozinhos, né? E daí estavam passando fome e alguns vizinhos ajudando, até que houve a denúncia *pra* que a gente tivesse que tomar alguma providência.

No caso dessas crianças que chegam a ficar 2 semanas fora e retornam, voltam a receber a bolsa?

“Nesses casos, se ele teve ausências, esses problemas, existem aí as porcentagens. Se ele vai receber 100%, se ele vai receber quantos por cento dessa bolsa. É avaliado né, a equipe técnica vai avaliar se ela tem condições de entrar na bolsa, de continuar recebendo. Nem todos..., porque por exemplo, amanhã ou depois deve ter entrado na bolsa uns duzentos e trinta ou menos. Que isso então, tem uma parte às vezes que não tá entrando na bolsa. Nós temos também, é importante, porque daí ele não recebe a bolsa por nós, temos aquelas crianças que são do programa PETI, que é o “PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL”. Porque eles estão conosco? Porque o PETI, que é esse programa federal, administrado pelo município, é o PETI vincula, não vamos chamar de obrigatoriedade, vincula essa criança. Além, de estar numa escola, teria que estar em um programa de medida sócio-educativa. Então, nesse caso, eles poderão estar aqui conosco, daí ele não recebe. Senão ficaria duplo o benefício. Sem contar que a gente já acha um pouco complicado, imagina por exemplo Cristiane, no nível das nossas famílias, uma mãe que às vezes, não é que ela tenha tanta preguiça, mas ela não tem boa escolaridade, ela não tem oferta de trabalho e tal... e ela tenha 4 crianças aqui ganhando esse valor, ela passa a não fazer mais nada. Porque a criança leva o dinheiro *pra* casa, entende? Então, nós trabalhamos muito essa questão. A criança pode em parte desse dinheiro ajudar a mãe, mas parte tem que ser com a subsistência dela. Com a roupa, com sabonete, com pasta de dente, as meninas com absorvente e mesmo alguma coisa que essa criança queira comer, né? Nós damos a orientação e cobramos a comida, se bem

que acontece Cristiane, por mais que a gente faça todo um trabalho, não conseguimos monitorar tudo. Nós sabemos de crianças que chegam em casa, entregam *pra* mãe..., não vêem nada. Não tem lápis, não tem... né? O chinelo *tá* ruim, a roupinha está péssima, enfim...”

Essas crianças do PETI não recebem a bolsa auxílio, mas participam das oficinas normalmente?

“Participam das oficinas normal, tem os outros benefícios iguais as outras crianças, passe escolar, tudo.... A única diferença é que ela não entra nessa bolsa. Se ele é do bolsa-escola, também não . Se ele é do PETI, também não. Até os da bolsa-escola, que uma certa época a gente... a bolsa era 15 reais, que a gente até brincava ‘bolsa-esmola’, porque o governo fazia um alarme, uma mídia, uma coisa em cima e era 15 reais, né? Eu não sei se aumentou muito mais, mas era isso que o governo anterior...né? Então, a gente chamava de ‘bolsa-esmola’, brincava. Independente se está no PETI ou não, mas há essa diferença e ela sabe, porque a mãe que recebe daí no cartão magnético.”

No caso dos educadores, como eles são selecionados?

“Olha, é um processo normal na parte de recursos humanos, do departamento pessoal, que a gente escolhe. A gente sempre tem algumas coisas, por exemplo é preferível que o novo educador não fume, é muito bom que ele não fume. Porque Cristiane, fica muito difícil você trabalhar essas questões de vício e tal, se você tem um. Daí você vai dar o que você não tem, vai falar da consciência que você não tem. Então a gente faz algumas indicações. Nós temos algumas parcerias com algumas empresas, assim... de recrutamento de seleção, que às vezes já mandam dentro do perfil que a gente *tá* querendo. Mas existe o perfil, tem a ‘mãe-social’, que são as mães que cuidam dos abrigos. Ela tem que ter um perfil. Os técnicos também, normalmente nível superior, né? Pós-graduação. Aqui tem 2º grau completo, a gente tem uma exigência porque é uma escola, a gente faz educação o tempo todo, né? Claro que nós temos alguns ainda que tem idade e não querem ir *pra* escola mesmo, que já *tá* algum tempo aqui, e tal. Mas a grande cobrança é que eles realmente estudem.”

Existe a preocupação por uma formação continuada, eles são avaliados periodicamente, fazem cursos...?

“Principalmente cursos e treinamentos de aperfeiçoamento. A H.P. (educadora) tá fazendo pós, a G.S.(educadora) diz que inicia na semana que vem outro, os educadores quase todos estudam. O S.M. (educador) está indo *pra* um congresso no Rio de Janeiro. A H.P. deve ir em Porto Alegre. Semana passada 2 educadores fizeram curso.... É importante dizer que tanto o pessoal que investe em capacitação, seja grande ou pequeno, normalmente é sensibilizado pelo nosso trabalho e nos fornece vagas gratuitas, né?”

Como você analisa a formação para o trabalho, na vida dessas crianças?

“Veja bem, isso é uma preocupação minha a muito tempo já, desde 99 a gente vem enfrentando, porque eu não tenho essa preocupação de formação profissional *pras* crianças, *pros* jovens, então não é por aí. Eu acho que ele tem que ser criança, tem que ser criança; ele tem que ser jovem, tem que ser jovem; ele tem que ser adolescente, tem que ser adolescente. Porque no meu entender é uma preocupação também da ASSOMA, da diretoria e de toda equipe técnica, que esse jovens, esses adolescentes, não vamos falar de crianças, nem de jovens, vamos falar de adolescentes, que eles tem que ter uma formação melhor, senão eles não vão passar no vestibular. Eles não vão entrar em nenhuma Universidade, eles não vão continuar o estudo que nós cobramos deles, porque se ele fizer 17 anos e 9 meses, ele tem que sair daqui. E se nós não darmos uma condição de desenvolvimento integral *pra* ele e de formação de cidadão, dificilmente ele vai achar que é importante estudar, que é importante ele ter um trabalho... um trabalho. Porque daí, ele vai achar que sendo traficante ganha mais, é melhor e roubar dá mais que trabalhar e tal, né? Então veja que a situação é essa, ninguém vai sair daqui diplomado, sair fazendo pão, nada disso, não existe isso. É uma preocupação e é um espaço de que você possa ter periodicamente estar trabalhando em alguma coisa, passando alguns conhecimentos, mas não existe a preocupação nenhuma com capacitação. A não ser nos casos em que ele já completa 16 anos, que nós já começamos a encaminhá-lo para cursos. Principalmente os da ‘Linha de Ofício’, das linhas do conhecimento, que Curitiba oferece. Que são informática, geralmente

voltados *pra* essa área mais administrativa, exceto algum outro que tem de mecânica, alguma coisa nessa parte... A ‘Rede Esperança’ por exemplo, que é uma outra ONG, que tem parceria com o Senai, tem alguma coisa profissionalizante nessa área. Mas a partir dos 16 anos, antes disso não existe essa preocupação. A preocupação realmente é ensiná-los a pregar um botão, a tomar banho direito, a cuidar-se mesmo de si e tal, né? Mas quanto há... que ele tenha que ser um exímio de saber mexer na máquina x ou máquina y, não. Tanto que você viu a parte bem mais artesanal do que a preocupação industrial, né?”

Quais as funções das regras estabelecidas pela instituição? O quadro de normas.

“Como nós fazemos um processo de convivência, nós vivemos aqui dentro, então nós temos que ter uma ordem. Por isso nós fazemos esses acordos. Isso são combinados que eles chamam. A todo início de semestre, quando o grupo está se constituindo *pra* participar daquela oficina, ele tem que fazer alguns acordos. Porque diariamente eles convivem ali, né? De 2ª a 6ª e Sábado. Então, eles tem aqueles acordos do que eles tem que fazer, que horas, o que pode e não pode. Mas é extremamente democrático, isso. São eles que definem e por isso que fica duro *pra* eles, porque eles definem isso e às vezes eles não cumprem. Então eles ficam, ‘puxa porque que eu votei nisso’, né? É a proposta de construção de cidadania e democracia.”